

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO FMS Nº 016/2024
PREGÃO ELETRÔNICO FMS (SRP) Nº 015/2024

1. PREÂMBULO

O Município de Toritama-PE, por meio da Secretaria de Saúde, por meio do seu Secretário, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 11 da Lei Complementar Municipal nº 02/2017 e em observância ao Decreto Municipal nº 269/2024, IN nº 4/2024, a Lei Federal nº 14.133/2021 e respectivas alterações, e ainda a Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará **PREGÃO ELETRÔNICO SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo “**menor preço**” por **ITEM**, tipo de disputa: **aberta**, objetivando o registro formal de preços para eventual e futura contratação do objeto indicado no item 2. deste Edital, sendo realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação (**internet**).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 30/12/2024 às 09h:00min	
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 30/12/2024 às 10h:00min	
SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO: Bolsa Nacional de Compras - BNC	
ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bnc.org.br	
PREGOEIRO: José Inácio da Silva Filho.	E-MAIL: cpltoritama.prefeitura@gmail.com
TELEFONE PARA CONTATO: (81) 9 9168-8579	
ENDEREÇO: Av. Dorival José Pereira, 464 – Tavares Martins – Toritama - Pernambuco - CEP 55125-000.	
REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo será obrigatoriamente o horário de Brasília/DF .	

OBSERVAÇÕES:

- Na hipótese de não haver expediente na data acima fixada, ficará a sessão adiada para o primeiro dia útil subsequente no mesmo local e hora, salvo disposição em contrário.
- O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio dos recursos da tecnologia da informação - INTERNET, utilizando-se, para tanto, métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.
- Para participar da licitação se faz necessário que o licitante esteja cadastrado junto à Bolsa Nacional de Compras – BNC.
- Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Município, credenciado na função de Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “BNC” constante na página eletrônica da Bolsa Nacional de Compras – BNC (www.bnc.org.br), coordenadora do sistema.

2. OBJETO

2.1. Constitui objeto do presente Pregão Eletrônico objetivando o Registro de Preços de medicamentos geral e para o bloco cirúrgico, para a Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama-PE, conforme Termo de Referência simplificado constante no Anexo I deste Edital.

2.1.1.1. **ITENS: 1 ao 6, 9 ao 23, 26 ao 27, 30 ao 43, 48 ao 67, 70 ao 83, 86, 91 ao 112, 115 ao 138, 141 ao 228, 231 ao 235, 238 ao 245, 248 ao 259, 262 ao 280 e 283 ao 294 - exclusivamente à participação de Microempresas – ME,**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais - MEI, conforme determina o art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e da Lei Complementar 155/2016.

2.1.1.2. **ITEM: 7, 24, 28, 44, 46, 68, 84, 87, 89, 113, 139, 229, 236, 246, 260 e 281 - Cota Principal que correspondente a 75% (setenta e cinco por cento)** da quantidade total dos itens, destinados à participação dos interessados que atendam aos requisitos do Edital.

2.1.1.3. **ITEM: 8, 25, 29, 45, 47, 69, 85, 88, 90, 114, 140, 230, 237, 247, 261 e 282 - Cota Reservada que correspondente a 25% (vinte e cinco por cento)** da quantidade total dos itens, reservada à participação exclusiva de Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais - MEI, sem prejuízo da sua participação na cota principal, conforme determina o art. 48, inciso III da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e da Lei Complementar 155/2016.

2.1.2. Será dada preferência para aquisição de medicamentos genéricos visando o atender o disposto no §2º do art. 3º da Lei nº 9.787/99, *in verbis*:

“Art. 3º As aquisições de medicamentos, sob qualquer modalidade de compra, e as prescrições médicas e odontológicas de medicamentos, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, adotarão obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI).

(...)

§ 2º Nas aquisições de medicamentos a que se refere o caput deste artigo, o medicamento genérico, quando houver, terá preferência sobre os demais em condições de igualdade de preço.”

(...)

§ 4º A entrega dos medicamentos adquiridos será acompanhada dos respectivos laudos de qualidade.

(Grifamos).

3. PRAZOS

- 3.1. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, contado a partir da data da sua apresentação, que ocorrerá no dia da sessão de abertura deste certame licitatório.
- 3.2. O prazo de vigência do Registro de Preços **será de 12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços, observado as disposições contidas no Decreto Municipal art. nº 269/2024, como nas demais normas legais pertinentes.
- 3.3. O prazo de vigência do(s) Contrato(s) seguirá(ão) o que dispõe o artigo 105 da lei 14.133/2021.
- 3.4. A(s) licitante(s) vencedora(s) será(ão) convocada(s) para assinar(em) o(s) instrumento(s) da Ata de Registro de Preços o que deverá(ão) fazê-lo no prazo máximo de até **05 (cinco) dias consecutivos**, contado a partir da data da convocação oficial, sob pena de decair o direito à

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

contratação, conforme disciplinado no art. 14 do Decreto Municipal nº 269/2024 e demais normas legais pertinentes, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156, § 4º da Lei 14.133/2021.

- 3.5. A(s) licitante(s) vencedora(s) poderá(ão) ser convocada(s) para assinar(em) o(s) eventual(is) Contrato(s), o que deverá(ão) fazê-lo no prazo máximo de até **05 (cinco) dias consecutivos**, contado a partir da data da convocação oficial, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156, § 4º da Lei 14.133/2021.

4. RECURSOS FINANCEIROS

- 4.1. As despesas com a execução do objeto desta licitação possui valor máximo total aceitável de **R\$ 5.975.572,70 (cinco milhões, novecentos e setenta e cinco mil, quinhentos e setenta e dois reais e setenta centavos.)**
- 4.2. Os recursos para a realização de despesas oriundas do objeto do presente Termo de Referência deverão ser mencionados no referido instrumento contratual ou documento equivalente, e serão alocados do seguinte elemento de despesa: 3.3.90.00.00 – Material de Consumo.

5. COMPONENTES DESTE EDITAL

- 5.1. Constituem anexos deste Edital e dele fazem parte integrante:

5.1.1. Termo de Referência (**Anexo I**)

5.1.2. Minuta da Ata de Registro de Preços a ser firmada entre o Município e a(s) licitante(s) vencedora(s) (**Anexo II**)

5.1.3. Minuta do Contrato a ser eventualmente firmado entre o Município e a(s) licitante(s) vencedora(s) (**Anexo III**);

5.1.4. Modelo de Declaração de inexistência de Parentesco (**Anexo IV**);

5.1.5. Modelo de Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação (**Anexo V**);

5.1.6. Modelo de Declaração de Mão-de-Obra de Menor (**Anexo VI**);

5.1.7. Modelo de Declaração de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais (**Anexo VII**); e

5.1.8. Modelo de Declaração de Endereço Eletrônico (**Anexo VIII**);

5.1.9. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social (**Anexo IX**).

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1. Poderão participar quaisquer empresas que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto e que atendam às exigências constantes neste.

- 6.2. Não poderão participar deste Pregão:

6.2.1. Empresas que estejam suspensas de participar de licitação realizada pelo Município;

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

- 6.2.2. Empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 6.2.3. Empresas ou pessoas impedidas de licitar ou contratar com o Município.
- 6.2.4. Pessoa física ou jurídica enquadrada nas vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133/21.
- 6.2.5. Agente público da Prefeitura Municipal de Toritama, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 6.2.6. Pessoas físicas, as associações civis qualificadas ou não como OS (Organizações Sociais) ou OSCIP (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), conforme Acórdão do Plenário do Tribunal de Contas da União nº 746/2014, e outras entidades que, em função de sua natureza jurídica, não podem executar o objeto da presente licitação.
- 6.2.7. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais em comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse em comum.
- 6.2.8. Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 6.2.9. Consórcio de empresa¹, qualquer que seja sua forma de constituição.
- 6.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 6.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 6.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- 6.3.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 6.3.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 6.3.5. A licitante enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverá fazer a declaração, conforme o subitem anterior, mesmo que tenham restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

¹Considerando que a participação de empresas consorciadas nas licitações é um ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste Edital, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no Pregão Eletrônico em tela.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

6.3.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

6.3.7. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.

6.3.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a licitante às sanções previstas em Lei e neste Edital.

7. CRENCIAMENTO NO SISTEMA DE COMPRAS ELETRÔNICAS

7.1. Para fins de participação neste pregão, os interessados deverão estarem credenciados junto à Bolsa Nacional de Compras - BNC.

7.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senhas pessoais, obtidas junto ao provedor do sistema, no qual também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e receber todas as instruções detalhadas para sua correta utilização.

7.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Município a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

7.4. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

8. COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL

8.1. A condição de Microempresa (ME), de Empresa de Pequeno Porte (EPP) e de Microempreendedores Individuais (MEI), para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 (arts. 42 a 45), deverá ser comprovada mediante:

8.1.1. Empresas optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

8.1.1.1. a) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do site da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridica/simples/simples.htm>

8.1.1.2. **Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do Artigo 3º da LC 123/2006.**

8.1.2. Empresas não optantes pelo Sistema Simples de Tributação:

8.1.2.1. a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/2006;

8.1.2.2. b) Cópia da Declaração de Informação Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;

8.1.2.3. Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

- 8.1.2.4. Cópia do contrato social e suas alterações;
- 8.1.2.5. **Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/2006.**
- 8.2. Os documentos relacionados no subitem 8.1, para efeito de comprovação da condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, poderão ser substituídos pela **Certidão expedida pela Junta Comercial**, nos termos da Instrução Normativa do DREI nº 10, de 05 de dezembro de 2013.
- 8.3. As Microempresas, as Empresas de Pequeno Porte e os Microempreendedores Individuais **deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.**
- 8.4. Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado às Microempresas, as Empresas de Pequeno Porte e os Microempreendedores Individuais, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, **a critério da Administração Pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 8.5. O prazo para regularização de documentos que se trata o § 1º do art. 43, não se aplica aos documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica e qualificação econômica-financeira.
- 8.6. A não-regularização da documentação, no prazo no subitem 8.4 deste Edital, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.
- 8.7. Na presente licitação será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 8.8. Nesta modalidade (Pregão), o intervalo percentual estabelecido no § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.
- 8.9. Para efeito do disposto no subitem anterior, ocorrendo o empate, proceder -se- á da seguinte forma:
- 8.9.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
- 8.9.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do art. 45 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- 8.9.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

8.9.4. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do art. 45 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

8.9.5. O disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9. PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA

9.1. A licitante deverá encaminhar proposta de preços, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

9.2. A proposta de preços será elaborada eletronicamente, com base nas condições definidas neste Edital, e deverá conter:

9.2.1. Descrição do objeto da licitação, já contemplado no sistema.

9.2.2. O valor unitário e global, o qual deverá ser expresso em moeda corrente nacional com 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

9.2.3. Indicação da marca/fabricante dos produtos ofertados, a qual ficará vinculada. Caso a marca/fabricante seja da própria empresa deverá ser informado como "própria".

9.3. A proposta de preços, neste momento, não deverá conter dados que identifiquem o licitante, sob pena de desclassificação da mesma.

9.4. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da LC nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

9.4.1. A declaração falsa relativa ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

9.5. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse Edital.

9.6. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente registrada.

9.7. O encaminhamento de proposta de preços para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

9.8. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.9. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou desconexão.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

9.10. Serão desclassificadas as propostas de preços que não atenderem às exigências deste Edital, apresentarem preços inexequíveis, ou contiverem irregularidades insanáveis.

9.11. **A aceitabilidade dos valores contidos nas propostas vencedoras fica subordinados aos valores contidos na tabela CMED.**

9.12. DOCUMENTO COMPLEMENTAR À PROPOSTA DE PREÇOS

9.12.1. **Sob pena de desclassificação, a empresa deverá anexar junto aos documentos de habilitação o documento complementar à proposta de preços abaixo relacionado:**

9.12.1.1. Prova do registro do produto junto ao Ministério da Saúde, referente à marca cotada, através de publicação em Diário Oficial, formulário de petição ou consulta do produto emitido via internet através do site da ANVISA.

9.12.1.1.1. Se o produto for isento de registro, a licitante deverá apresentar cópia legível da isenção do registro emitida pelo Ministério da Saúde ou órgão competente.

10. ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

10.2. O Pregoeiro verificará as propostas de preços apresentadas, devendo ser desclassificadas as propostas que não estiverem em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência simplificado (Anexo I deste Edital).

10.3. Também será desclassificada a proposta de preços que identifique o licitante.

10.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.5. A não desclassificação inicial da proposta de preços não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas de preços classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

10.7. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

10.8. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.9. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR DO ITEM.

10.10. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

- 10.11. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 10.12. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo).
- 10.13. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 10.14. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 10.15. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 10.16. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 10.17. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 10.18. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema.
- 10.19. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 10.20. Lances com mais de duas casas decimais após a vírgula deverão ser readequados, desconsiderando qualquer valor acrescido após a segunda casa decimal.
- 10.21. Fica a critério do Pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, mesmo que antes do início da disputa de lances.
- 10.22. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 10.23. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 10.24. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 10.25. O Critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR ITEM, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 10.26. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta de preços.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

- 10.27. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for de empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.
- 10.28. Nessas condições, as propostas de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 10.29. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 10.30. Caso a Microempresa, a Empresa de Pequeno Porte e o Microempreendedor Individual classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 10.31. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 10.32. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.
- 10.33. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 10.34. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 10.35.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
 - 10.35.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
 - 10.35.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
 - 10.35.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
 - 10.35.5 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

- 10.35.6 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 10.35.7 empresas brasileiras;
- 10.35.8 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 10.35.9 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 10.36 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 10.37 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 10.38 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 10.39 Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

- 11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 11.2. Será desclassificada a proposta de preços ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 11.3. Considera-se inexequível a proposta de preços que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 11.4. Considerar-se-á indício de inexequibilidade de proposta valores inferiores a 50% do valor estimado para contratação, conforme o inciso II do art. 35 da IN nº 4, de 12 de junho de 2024.
- 11.4.1. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Pregoeiro deverá, por meio de diligência, conferir à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.
- 11.4.2. A inexequibilidade só ficará comprovada quando, cumulativamente, o custo da licitante ultrapassar o valor da proposta e inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o valor proposto.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

- 11.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas de preços, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 11.6. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas de preços, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 11.7. O pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, no prazo de no mínimo 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
- 11.8. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo pregoeiro.
- 11.9. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo pregoeiro, destacam-se os que contenham as características dos produtos ofertados, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo pregoeiro, sob pena de não aceitação da proposta de preços.
- 11.10. Se a proposta de preços ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 11.11. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 11.12. O pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 11.13. Também nas hipóteses em que o pregoeiro não aceitar a proposta de preços e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 11.14. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 11.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta de preços, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.
- 11.16. Os documentos relativos à habilitação, solicitados no item 12. deste Edital, (e quando a empresa se enquadrar no regime ME/EPP/MEI enviar também a documentação constante no item 8. deste Edital e a Declaração constante no ANEXO VII deste Edital), deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 11.17. Quando a proposta de preços e as declarações exigidas neste Edital forem assinadas por um preposto da empresa que não seja seu sócio administrador, o licitante deverá enviar, exclusivamente através do sistema eletrônico, o instrumento público ou particular de procuração, com poderes especiais para responder, formular ofertas e lances de preços, recorrer e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.
- 11.18. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

11.19. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste Edital, a licitante será declarada vencedora.

12. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO²

12.1. A licitante classificada em primeiro lugar, deverá anexar os documentos de habilitação após solicitação do pregoeiro, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, conforme IN nº 4/2024, no prazo de no mínimo 02 (duas) horas.

12.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta de preços classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

12.2.1. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

12.2.2. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/>;

12.2.3. Cadastro de inidôneos do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco no endereço eletrônico <https://www.tce.pe.gov.br/internet/index.php/declaracao-de-inidoneidade>; e

12.2.4. Cadastro de inidôneos do Tribunal de Contas da União no endereço eletrônico <https://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneos/>.

12.3. Constatada a existência de sanção que impeça a sua participação, o pregoeiro afastará o licitante por falta de condição de participação.

12.4. Para fins de habilitação, deverão as licitantes mais bem classificadas apresentar os documentos abaixo relacionados, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública.

12.4.1. **Documentação relativa à Habilitação Jurídica:**

12.4.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

12.4.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, juntamente com todas as eventuais alterações, ou se for o caso, **o ato constitutivo e/ou a alteração social consolidada** devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

12.4.1.3. Inscrição do ato constitutivo no órgão competente, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício; e

12.4.1.4. Decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.4.2. Documentação relativa à Qualificação Técnica:

- 12.4.2.1. Comprovante de desempenho de atividade da empresa licitante, através de Atestado(s) ou Certidão(ões), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante fornecido a qualquer tempo, ou estar fornecendo satisfatoriamente, no mínimo 30% (trinta por cento) da quantidade total do(s) item(ns) que tenha apresentado o menor lance ou similar a este, permitindo-se o somatório de atestados ou certidões, comprovando a boa qualidade do fornecimento, para os licitantes que apresentarem proposta referente ao itens: 68, 84 e 236.
- 12.4.2.2. Apresentar Comprovação da autorização de funcionamento da empresa, participante da Licitação, junto ao Ministério da Saúde, através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
- 12.4.2.3. Comprovação de autorização de funcionamento da empresa – AFE. A empresa que produz e/ou comercializa medicamentos especial deverá entregar comprovação da AFE especial, conforme determina a portaria GM/MS 344, de 12/05/98. (Exigível apenas para os medicamentos sujeito a controle especial).
- 12.4.2.4. Em caso de medicamentos sujeitos a controle especial, relacionados na Portaria SVS/MS nº 344/98, Autorização Especial (AE) expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).
- 12.4.2.5. Em se tratando de medicamento importado, cuja importação seja realizada por terceiro não detentor do registro do medicamento na Anvisa, Declaração do Detentor de Registro (DDR).
- 12.4.2.6. Licença sanitária da licitante expedida pelo Município ou Estado de origem, para o ramo pertinente do objeto licitado, exigível para os medicamentos e os materiais médico hospitalares.
- 12.4.2.7. Certificado de Regularidade Técnica, dentro do prazo de validade, expedida pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado em que se encontra estabelecida licitante, exigível apenas para os medicamentos.

12.4.3. Documentação relativa à Qualificação Econômico-Financeira:

- 12.4.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
 - 12.4.3.1.1. As empresas sediadas em Pernambuco deverão anexar também a Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (Processos Judiciais eletrônicos), quando explicitamente excluídos na Certidão exigida no subitem 12.3.3.1.

12.4.4. Documentação relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- 12.4.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);
- 12.4.4.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da **Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União**, a qual

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

engloba também os Tributos relativos ao Instituto Nacional de Seguridade Social, sendo que essa pode ser retirada através do site: www.receita.fazenda.gov.br;

12.4.4.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.4.4.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – (FGTS), através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), fornecido pela Caixa, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

12.4.4.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.4.5. Documentação relativa ao Cumprimento do inc. XXXIII do Art. 7º da C.F, bem como o inc. IV do art. 63 da Lei Federal 14.133/2021.:

12.4.5.1. Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99).

12.4.5.2. Será exigida da licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

12.5. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos exigidos neste Pregão.

12.6. A validade das certidões corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, o Município convencionou o prazo como sendo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese da licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

12.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.8. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

12.9. Haverá verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.10. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou em cópia e neste caso podendo ser solicitado os originais para conferência quando necessário.

12.11. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

- 12.11.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- 12.12. O pregoeiro poderá solicitar documentos de habilitação complementares (diligências), quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, devendo o licitante encaminhá-los, em formato digital via sistema, no prazo de no mínimo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 12.13. É facultado ao Pregoeiro solicitar os originais ou cópias autenticadas dos documentos de habilitação, os quais deverão ser encaminhados para o endereço informado no sistema, dentro do prazo estabelecido pelo Pregoeiro.
- 12.14. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.
- 12.14.1. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

13. RECURSO

- 13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 13.2. Declarado o vencedor para cada item, e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, se for o caso, será concedido o prazo de 30 (trinta) minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, em campo próprio do sistema.
- 13.3. Havendo quem se manifeste, caberá o pregoeiro verificar a tempestividade.
- 13.3.1. Nesse momento o pregoeiro não adentrará no mérito recursal nem das condições de admissibilidade do recurso.
- 13.3.2. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão.
- 13.3.3. Uma vez admitido o recurso, o Recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do Recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses consoante o disposto no art. 165 da lei 14.133/2021.
- 13.3.4. Os memoriais de recurso e de contrarrazões deverão ser enviados através de campo próprio do sistema.
- 13.3.5. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos.
- 13.4. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões recursais, o licitante interessado poderá solicitar vistas dos autos a partir do encerramento da fase de lances.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

- 13.5. Interposto o recurso de forma regular, o pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
- 13.6. Não serão conhecidos os recursos cujas razões forem apresentadas fora dos prazos legais, bem como, os que não forem registrados no Sistema.
- 13.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.8. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.
- 13.9. O recurso será recebido em seu efeito suspensivo.

14. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

- 14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

- 14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 15.1. Decididos os recursos porventura interpostos contra ato do pregoeiro; e constatada a regularidade do ato praticado, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à(s) licitante(s) vencedora(s) e homologará o procedimento.
- 15.2. Na ausência de recurso, caberá à autoridade competente adjudicar o objeto e homologar a licitação, conforme o inciso IV do art. 71 da Lei Federal 14.133/2021.

16. DILIGÊNCIA

- 16.1. Em qualquer fase do procedimento licitatório, é facultado o pregoeiro ou autoridade superior promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo.
- 16.2. Como resultado das diligências acima referidas, objetivando um juízo de verdade real, será permitida a inclusão de documentos ou informações necessários para apurar fatos existentes à época da licitação, concernentes à proposta de preços ou habilitação dos participantes, porém não documentados nos autos.

17. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

- 17.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos.
- 17.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados o pregoeiro, por meio eletrônico através do sistema do Bolsa Nacional de Compras – BNC ou através do e-mail cpltoritama.prefeitura@gmail.com.
- 17.3. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data do recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 17.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas no sistema do Bolsa Nacional de Compras – BNC e vincularão os participantes e a Administração.
- 17.5. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos deste Edital, por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, por meio eletrônico através do sistema do Bolsa Nacional de Compras – BNC ou através do e-mail cpltoritama.prefeitura@gmail.com, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.
- 17.6. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá o pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 17.6.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 17.6.2. Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 18.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Toritama/PE.
- 18.2. Os casos omissos neste Edital serão decididos pelo pregoeiro dentro dos limites de suas atribuições.
- 18.3. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das Propostas, resguardando o tratamento isonômico aos licitantes, consoante o disposto no art. 55, § 1º da lei 14.133/2021.
- 18.4. **As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação**, consoante o disposto no art. 5º da lei 14.133/2021.
- 18.5. A presente licitação, a juízo do Município, poderá ser revogada por interesse público ou anulada por ilegalidade, sempre em despacho fundamentado, assegurado às interessadas ampla defesa, conforme os incisos II e III do art. 71 da Lei 14.133/2021.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

José Inácio da Silva Filho
Pregoeiro

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de Preços Medicamentos geral e para o bloco cirúrgico para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama-PE, conforme especificação e quantitativo contidos no Apêndice I.

1.1.1. Os quantitativos do objeto deste Termo de Referência estão divididos da seguinte forma:

1.1.1.1. **ITENS: 1 ao 6, 9 ao 23, 26 ao 27, 30 ao 43, 48 ao 67, 70 ao 83, 86, 91 ao 112, 115 ao 138, 141 ao 228, 231 ao 235, 238 ao 245, 248 ao 259, 262 ao 280 e 283 ao 294 - exclusivamente** à participação de Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais - MEI, conforme determina o art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e da Lei Complementar 155/2016.

1.1.1.2. **ITEM: 7, 24, 28, 44, 46, 68, 84, 87, 89, 113, 139, 229, 236, 246, 260 e 281 - Cota Principal que correspondente a 75% (setenta e cinco por cento)** da quantidade total dos itens, destinados à participação dos interessados que atendam aos requisitos do Edital.

1.1.1.3. **ITEM: 8, 25, 29, 45, 47, 69, 85, 88, 90, 114, 140, 230, 237, 247, 261 e 282 - Cota Reservada que correspondente a 25% (vinte e cinco por cento)** da quantidade total dos itens, reservada à participação exclusiva de Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais - MEI, sem prejuízo da sua participação na cota principal, conforme determina o art. 48, inciso III da Lei Complementar nº 123/2006, com alterações da Lei Complementar nº 147/2014 e da Lei Complementar 155/2016.

1.1.2. Será dada preferência para aquisição de medicamentos genéricos visando a/ atender o disposto no §2º do art. 3º da Lei nº 9.787/99, *in verbis*:

“Art. 3º As aquisições de medicamentos, sob qualquer modalidade de compra, e as prescrições médicas e odontológicas de medicamentos, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, adotarão obrigatoriamente a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, na sua falta, a Denominação Comum Internacional (DCI).

(...)

§ 2º **Nas aquisições de medicamentos a que se refere o caput deste artigo, o medicamento genérico, quando houver, terá preferência sobre os demais em condições de igualdade de preço.**”

(...)

§ 4º A entrega dos medicamentos adquiridos será acompanhada dos respectivos laudos de qualidade.

(Grifamos).

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. A Assistência Farmacêutica, efetivada como política de saúde desde a criação da Política Nacional de Assistência Farmacêutica – PNAF (Resolução nº 338, de 6 de maio de 2004, do Conselho Nacional de Saúde), reúne um conjunto de ações voltadas à promoção, proteção e recuperação da saúde por meio do acesso aos medicamentos e insumos e seu uso racional. Isso inclui definição de elenco desses produtos, aquisição, distribuição e avaliação de sua utilização na perspectiva da obtenção de resultados concretos e da melhoria da qualidade de vida da população.
- 2.2. A PNAF tem como propósito, dentre outras ações estratégicas, garantir a manutenção de serviços de Assistência Farmacêutica na rede pública de saúde, nos diferentes níveis de atenção, considerando a necessária observância das prioridades regionais. Para isto, a disponibilização destes insumos é essencial à garantia do direito à saúde do indivíduo, uma vez que possibilita o acesso e equidade às ações de saúde, promovendo ainda o uso racional desses produtos por meio de ações que disciplinam a prescrição, dispensação e o consumo na rede de saúde.
- 2.3. A aquisição dos medicamentos para a saúde é uma das principais atividades da Gestão da Assistência Farmacêutica e deve estar estreitamente vinculada às ofertas de serviços e à cobertura assistencial dos programas de saúde.
- 2.4. Considerando a necessidade de manter a regularidade no abastecimento da rede de saúde municipal e conseqüentemente a manutenção no cuidado e atendimento dos usuários crônicos e/ou em condições de atendimentos de urgência e emergência, realizados por essas unidades.
- 2.5. Considerando que a descontinuidade do fornecimento desses produtos para abastecimento da rede municipal de saúde acarretará em prejuízos para administração pública no tocante a solução de continuidade dos serviços de saúde prestados;
- 2.6. Nesse contexto, faz-se necessária a eventual aquisição de medicamentos, a fim de disponibilizá-los em quantidades adequadas, visando manter a regularidade e o funcionamento do sistema de saúde no Município de Toritama, evitando a descontinuidade da assistência farmacêutica prestada.

3. DO PREGÃO ELETRÔNICO E DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. A aquisição do objeto em tela deve ocorrer através de Pregão na forma eletrônica por se tratar de bens caracterizados comuns, eis que possuem padrão de desempenho e qualidade passível de definição objetiva em edital, através de especificações usuais do mercado, nos termos do arts. 28, I e 29 da Lei Federal 14.133/2021 c/c art. 1º do Decreto Municipal nº 269/2024.
- 3.2. A adoção do registro de preços enquadra-se nas hipóteses previstas nos incisos I, II, IV e V do art. 3º do Decreto Municipal nº 269/2024.

4. JUSTIFICATIVA PARA NÃO DIVULGAÇÃO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP

- 4.1. Considerando o Decreto Municipal 269/2024 que Regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito do poder Executivo do Município de Toritama. Considerando que na fase preparatória do processo de contratação, o órgão gerenciador deverá realizar procedimento público de Intenção de Registro de Preços, para possibilitar a participação de outros órgãos da Administração Direta do Poder Executivo no Registro de Preços, de acordo com artigo 4º do Decreto Municipal 269/2024.
- 4.2. Considerando que a divulgação da IRP poderá ser dispensada, de forma justificada, pelo órgão gerenciador conforme § 2º do artigo 4º do Decreto Municipal 269/2024;
- 4.3. Considerando o disposto no § 1º do artigo 86 da Lei 14.133/2021
- 4.4. § 1º O procedimento previsto no caput deste artigo será dispensável quando o órgão ou entidade gerenciadora for o único contratante. ”
- 4.5. Considerando que o Fundo Municipal de Saúde, órgão gerenciador, é o único contratante e interessado no objeto Registro de Preços de medicamentos geral para a Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama-PE.
- 4.6. Diante o exposto, o Fundo Municipal de Saúde optou-se pela não divulgação do presente IRP em virtude do órgão gerenciador do registro de preços ser o único contratante o objeto em comento.

5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico no Estudo Técnico Preliminar.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. A Descrição da solução como um todo quanto os requisitos da contratação encontram-se pormenorizada em tópico específico no Estudo Técnico Preliminar.

7. DOS QUANTITATIVOS E DAS DESCRIÇÕES

- 7.1. Os itens a serem adquiridos, as formas de apresentação e as quantidades estimadas, estão descritos no Apêndice I deste Termo de Referência.

8. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 8.1. O critério de julgamento deverá ser “menor preço” por ITEM, tipo de disputa: **ABERTA.**

9. DOS PRAZOS

- 9.1. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias corridos**, contado a partir da data da sua apresentação, que ocorrerá no dia da sessão de abertura deste certame licitatório.
- 9.2. O prazo de vigência do Registro de Preços **será de 12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços, observado as disposições contidas no Decreto Municipal nº 269/2024, como nas demais normas legais pertinentes.
- 9.2.1. O prazo de vigência do(s) Contrato(s) seguirá(ão) o que dispõe o art. 105 da Lei 14.133/2021.
- 9.3. A(s) licitante(s) vencedora(s) será(ão) convocada(s) para assinar(em) o(s) instrumento(s) da Ata de Registro de Preços o que deverá(ão) fazê-lo no prazo máximo de até **05 (cinco) dias consecutivos**, contado a partir da data da convocação oficial, sob pena de decair o direito à contratação, conforme disciplinado no art. 14 do Decreto Municipal nº 269/2024 e demais normas legais pertinentes, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156, § 4º da Lei 14.133/2021.
- 9.3.1. A(s) licitante(s) vencedora(s) será(ão) convocada(s) para assinar(em) o(s) Contrato(s), o que deverá(ão) fazê-lo no prazo máximo de até **05 (cinco) dias consecutivos**, contado a partir da data da convocação oficial, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156º da Lei Federal 14.133/2021.
- 9.4. O prazo para entrega do objeto deste Termo de Referência será de **até 15 (quinze) dias consecutivos**, contado da emissão da Autorização de Fornecimento ou nota de empenho.
- 9.4.1. A Contratada ficará obrigada a trocar o(s) produto(s) que vier(em) a ser rejeitado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) constantes neste Termo de Referência, sem que isto acarrete qualquer ônus à Administração ou importe na relevação das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) produto(s) será de até **02 (dois) dias consecutivos**, contado do recebimento da solicitação de troca.
- 9.4.2. O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue pela(s) licitante(s) vencedora(s), por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas pelo Contratante, no seguinte endereço: **Centro de Distribuição da Prefeitura de Toritama, situado na Av. Dorival José Pereira, nº 464, Bairro Tavares Martins – Toritama-PE**, de segunda à sexta-feira, no horário das 08:00hs às 13:00hs, mediante agendamento através do e-mail: setorcompras@toritama.pe.gov.br.

10. DOS RECURSOS FINANCEIROS

- 10.1. As despesas com a execução do objeto desta licitação possui valor máximo total aceitável de: **R\$ 5.975.572,70 (cinco milhões, novecentos e setenta e cinco mil, quinhentos e setenta e dois reais e setenta centavos.)**

- 10.2. Os recursos para a realização de despesas oriundas do objeto do presente Termo de Referência deverão ser mencionados no referido instrumento contratual ou documento equivalente, e serão alocados do seguinte elemento de despesa: 3.3.90.00.00 – Material de Consumo.

11. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 11.1. Poderão participar quaisquer empresas que detenham atividade pertinente e compatível com o objeto e que atendam às exigências constantes neste.
- 11.2. Não poderão participar:
- 11.2.1. Empresas que estejam suspensas de participar de licitação realizada pela Administração Pública Municipal;
 - 11.2.2. Empresas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal.
 - 11.2.3. Empresas ou pessoas impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal.
 - 11.2.4. Pessoas enquadradas no artigo 9º §1º, da Lei nº 14.133/2021.
 - 11.2.5. Pessoas físicas, as associações civis qualificadas ou não como OS (Organizações Sociais) ou OSCIP (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), conforme Acórdão do Plenário do Tribunal de Contas da União nº 746/2014, e outras entidades que, em função de sua natureza jurídica, não podem executar o objeto da presente licitação.
 - 11.2.6. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais em comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse em comum.
 - 11.2.7. Consórcio de empresa³, qualquer que seja sua forma de constituição.
- 11.3. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- 11.3.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
 - 11.3.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

³Considerando que a participação de empresas consorciadas nas licitações é um ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto; e considerando que existem no mercado diversas empresas com potencial técnico, profissional e operacional suficiente para atender satisfatoriamente às exigências previstas neste, entende-se que é conveniente a vedação de participação de empresas em “consórcio” no Pregão Eletrônico em tela.

- 11.3.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- 11.3.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 11.3.4.1. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá fazer a declaração, conforme o subitem anterior, mesmo que tenham restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal.
- 11.3.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
- 11.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará a licitante às sanções previstas em Lei e no Edital.
- 12. COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

12.1. A condição de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006 (arts. 42 a 45), deverá ser comprovada mediante:

- I. Empresas **optantes pelo Sistema Simples de Tributação**:
- a) Comprovante de opção pelo Simples obtido através do *site* da Secretaria da Receita Federal, <http://www.receita.fazenda.gov.br/PessoaJuridicasimplessimples.htm>;
- b) **Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do Artigo 3º da LC 123/2006.**
- II. Empresas **não optantes pelo Sistema Simples de Tributação**:
- a) Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE comprovando ter receita bruta dentro dos limites estabelecidos nos incisos I e II do Artigo 3º da LC 123/2006;
- b) Cópia da Declaração de Informação Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ e respectivo recibo de entrega, em conformidade com o Balanço e a DRE;
- c) Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- d) Cópia do contrato social e suas alterações;

- e) **Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do Artigo 3º da LC 123/2006.**

- 12.2. Os documentos relacionados no subitem 9.1, para efeito de comprovação da condição de Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Microempreendedor Individual, poderão ser substituídos pela **Certidão expedida pela Junta Comercial**, nos termos da Instrução Normativa do DREI nº 10, de 05 de dezembro de 2013.
- 12.3. As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte **deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.**
- 12.4. Havendo alguma restrição na comprovação da **regularidade fiscal e trabalhista**, será assegurado às Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por igual período, **a critério da Administração Pública**, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 12.5. O prazo para regularização de documentos de que trata o § 1º do art. 43 da Lei Complementar nº 123/2006, não se aplica aos documentos relativos à habilitação jurídica, à qualificação técnica, e qualificação econômico-financeira.
- 12.6. A não-regularização da documentação, no prazo no subitem 11.4, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Contrato, ou revogar a licitação.
- 12.7. Na presente licitação será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- 12.8. Nesta modalidade (Pregão), o intervalo percentual estabelecido no § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.
- 12.9. Para efeito do disposto no subitem anterior, ocorrendo o empate, proceder -se- á da seguinte forma:
- 12.9.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
- 12.9.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do art. 45 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na

hipótese do § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

12.9.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

12.9.4. Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do art. 45 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

12.9.5. O disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 123/06 e alterações posteriores, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

13. PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA

13.1. A empresa deverá encaminhar proposta de preços, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

13.2. A proposta de preços será elaborada eletronicamente, com base nas condições definidas neste, e deverá conter:

13.2.1. Descrição do objeto da licitação, já contemplado no sistema.

13.2.2. O valor unitário e global, o qual deverá ser expresso em moeda corrente nacional com 02 (duas) casas decimais após a vírgula.

13.2.3. Indicação da marca fabricante dos produtos ofertados, a qual ficará vinculada.

13.3. A proposta de preços, neste momento, não deverá conter dados que identifiquem o licitante, sob pena de desclassificação da mesma.

13.4. A licitante enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei.

13.4.1. A declaração falsa relativa ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste.

13.5. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste.

13.6. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente registrada.

- 13.7. O encaminhando de proposta de preços para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste.
- 13.8. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Órgão promotor da licitação a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 13.9. Incumbirá à empresa acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou desconexão.
- 13.10. Serão desclassificadas as propostas de preços que não atenderem às exigências deste, apresentarem preços inexequíveis, ou contiverem irregularidades insanáveis.
- 13.11. **A aceitabilidade dos valores contidos nas propostas vencedoras fica subordinados aos valores contidos na tabela CMED, conforme o subitem 5.1.3.1 do Estudo Técnico Preliminar.**

14. DOCUMENTO COMPLEMENTAR À PROPOSTA DE PREÇOS

- 14.1.1. Sob pena de desclassificação, a empresa deverá anexar junto aos documentos de habilitação o documento complementar à proposta de preços abaixo relacionado:
- 14.1.1.1. Prova do registro do produto junto ao Ministério da Saúde, referente à marca cotada, através de publicação em Diário Oficial, formulário de petição ou consulta do produto emitido via internet através do site da ANVISA.
- 14.1.1.2. Se o produto for isento de registro, a licitante deverá apresentar cópia legível da isenção do registro emitida pelo Ministério da Saúde ou órgão competente.

15. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO⁴

- 15.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta de preços classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 15.1.1. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;

⁴ “Caso a licitante esteja em recuperação judicial, estará dispensada da apresentação dos documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista, com exceção da certidão de regularidade perante a Previdência Social, desde que apresente decisão judicial em vigor que autorize o processamento do pedido e dispense expressamente as certidões negativas, nos termos do artigo 52, inciso II, da Lei Federal nº 11.101/2005.” (Fonte: Parecer PGE/PE nº 258/2023).

- 15.1.2. Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, no endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br>;
- 15.1.3. Cadastro de inidôneos do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco no endereço eletrônico <https://spj.tce.pe.gov.br/spj-publico/#/lista-inidoneidade>; e
- 15.1.4. Cadastro de inidôneos do Tribunal de Contas da União no endereço eletrônico <https://portal.tcu.gov.br/responsabilizacao-publica/licitantes-inidoneos>.
- 15.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro poderá reputar o licitante como inabilitado, se houver falta de condição de participação.
- 15.3. **Para fins de habilitação, deverão as licitantes interessadas apresentar os documentos abaixo relacionados, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública.**
- 15.3.1. **Documentação relativa à Habilitação Jurídica:**
- 15.3.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 15.3.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, juntamente com todas as eventuais alterações, ou se for o caso, **o ato constitutivo e/ou a alteração social consolidada** devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 15.3.1.3. Inscrição do ato constitutivo no órgão competente, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício; e
- 15.3.1.4. Decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 15.3.2. **Documentação relativa à Qualificação Técnica:**
- 15.3.2.1. Comprovante de desempenho de atividade da empresa licitante, através de Atestado(s) ou Certidão(ões), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante fornecido a qualquer tempo, ou estar fornecendo satisfatoriamente, **no mínimo 30% (trinta por cento) da quantidade total do(s) item(ns) que tenha apresentado o menor lance ou similar a este**, permitindo-se o somatório de atestados ou certidões, comprovando a boa qualidade do fornecimento, para os licitantes que apresentarem proposta referente ao **itens: 68, 84 e 236**.
- 15.3.2.2. Apresentar Comprovação da Autorização de Funcionamento da Empresa AFE, participante da Licitação, junto ao Ministério da Saúde, através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

15.3.2.3. Comprovação de autorização de funcionamento da empresa – AFE. A empresa que produz e/ou comercializa medicamentos especial deverá entregar comprovação da AFE especial, conforme determina a portaria GM/MS 344, de 12/05/98. (Exigível apenas para os medicamentos sujeito a controle especial).

15.3.2.4. Em caso de medicamentos sujeitos a controle especial, relacionados na Portaria SVS/MS nº 344/98, Autorização Especial (AE) expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

15.3.2.5. Em se tratando de medicamento importado, cuja importação seja realizada por terceiro não detentor do registro do medicamento na Anvisa, Declaração do Detentor de Registro (DDR).

15.3.2.6. Certificado de Regularidade Técnica, dentro do prazo de validade, expedida pelo Conselho Regional de Farmácia do Estado em que se encontra estabelecida licitante, referente aos medicamentos.

15.3.2.7. Licença sanitária da licitante expedida pelo Município ou Estado de origem, para o ramo pertinente do objeto licitado.

15.3.3. **Documentação relativa à Qualificação Econômico-Financeira:**

15.3.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

15.3.3.1.1. As empresas sediadas em Pernambuco deverão anexar também a Certidão Negativa de Falência referente aos processos distribuídos pelo PJe (Processos Judiciais eletrônicos), quando explicitamente excluídos na Certidão exigida no subitem 15.3.3.

15.3.4. **Documentação relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

15.3.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJMF);

15.3.4.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação da **Certidão Conjunta de Tributos Federais e Dívida Ativa da União**, a qual engloba também os Tributos relativos ao Instituto Nacional de Seguridade Social, sendo que essa pode ser retirada através do site: www.receita.fazenda.gov.br;

15.3.4.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

15.3.4.4. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – (FGTS), através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), fornecido

pela Caixa, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

15.3.4.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

15.3.5. **Documentação relativa ao Cumprimento do inc. XXXIII do Art. 7º da C.F.: bem como o inc. IV do art. 63 da Lei Federal 14.133/2021:**

15.3.6. Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 (Lei nº 9.854/99).

15.3.7. Será exigida da licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

15.3.7.1. Será exigida da licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas

15.4. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documentos” em substituição aos documentos exigidos.

15.5. A validade das certidões corresponderá ao prazo fixado nos próprios documentos. Caso as mesmas não contenham expressamente o prazo de validade, o Município convencionou o prazo como sendo de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua expedição, ressalvada a hipótese de a licitante comprovar que o documento tem prazo de validade superior ao antes convencionado, mediante juntada de norma legal pertinente.

15.6. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

15.7. A licitante que deixar e apresentar quaisquer documentos exigidos para habilitação, ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste, ou com irregularidade, que não possa ser sanada por meio eletrônico (documentos de internet) será inabilitada.

15.8. Nos itens não exclusivos a Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

15.9. Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

- 15.9.1. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- 15.10. O Pregoeiro poderá solicitar documentos de habilitação complementares (diligências), quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, devendo o licitante encaminhá-los, em formato digital via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 15.11. É facultado ao Pregoeiro solicitar os originais ou cópias autenticadas dos documentos de habilitação, os quais deverão ser encaminhados para o endereço informado no sistema, dentro do prazo estabelecido pelo Pregoeiro.
- 15.12. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no cartório de títulos e documentos.
- 15.12.1. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados em cartório de títulos e documentos.

16. GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 16.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a realização do procedimento licitatório, incluindo toda instrução processual e consolidação de dados para a realização do procedimento licitatório e a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços.
- 16.2. Quando do gerenciamento da Ata de Registro de preços, o Órgão Gerenciador, nos termos do art. 5º do Decreto Municipal nº 269/2024, deverá:
- I. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados, conforme inciso VII, art. 5 do Decreto Municipal nº 269/2024;
 - II. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, conforme inciso VIII, art. 5 do Decreto Municipal nº. 269/2024;
 - III. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, conforme o inciso X, art. 5º do Decreto Municipal nº 269/2024;
 - IV. Autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 3º do art. 25 do Decreto Municipal nº 269/2024, respeitado

o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante, conforme o inciso XI, art. 5º do Decreto Municipal nº 269/2024.

16.3. O Órgão Gerenciador promoverá as negociações e todos os procedimentos relativos à revisão e ao cancelamento dos preços registrados, obedecendo as disposições do Capítulo V do Decreto Municipal nº 269/2024.

17. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

17.1. A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade pública que não tenha participado do certame licitatório, desde que devidamente justificada a vantagem, e mediante anuência do órgão gerenciador, atendidas as condições previstas no Decreto Municipal nº 269/2024.

17.2. O Órgão Não Participante, a que se refere o art. 25 do Decreto Municipal nº 269/2024 somente poderá fazer uso da Ata de Registro de Preços, após a anuência do Órgão Gerenciador da Ata.

17.3. Quando da formalização do pedido para fazer uso da Ata de Registro de Preços, o Órgão Não Participante deverá informar os itens e quantidades a serem adquiridos, enviando documento assinado por autoridade competente do órgão ou entidade.

17.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgão(s) participante(s), de acordo com o disciplinado no § 1º do art. 25 do Decreto Municipal nº 269/2024.

17.5. As aquisições ou contratações por cada Órgão ou Entidade não Participante e não vinculada ao Poder Executivo do Município não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgão(s) Participante(s), em consonância com o disposto no inciso I do art. 26 do Decreto Municipal nº 269/2024.

17.6. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciador e órgãos ou entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem, nos termos do inciso II do art. 26 do Decreto Municipal nº 269/2024.

17.7. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão Não Participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, de acordo com o § 7º do art. 26 do Decreto Municipal nº 269/2024.

17.7.1. O prazo poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou entidade não participante aceita pelo órgão ou entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços

17.8. Compete ao Órgão Não Participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

18. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA(S) ATA(S) DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS CONTRATOS QUE DELA ORIGINAREM

18.1. A Gestão da Ata de Registro de Preços ficará sob a responsabilidade da Secretaria de Saúde, através de seu Secretário.

18.1.1. A Gestão dos Contratos provenientes da Ata de Registro de Preços ficará sob a responsabilidade do ordenador de despesas da unidade contratante.

18.1.2. A fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços e dos contratos que dela originarem, ficará sob a responsabilidade do Sr. Diego José Borba Pereira Pontes, Farmacêutico CRF – 08788.

18.2. Não obstante a empresa Detentora/Contratada ser a única e exclusiva responsável por toda execução contratual, ao Órgão Gerenciador/Contratante é reservado o direito de, sem qualquer forma de restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

18.3. Caberá ao fiscal da Ata de Registro de Preços e dos Contratos que dela originarem:

- a) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento;
- b) Conhecer plenamente os termos registrados/contratuais sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Órgão Gerenciador/Contratante quanto da Detentora/Contratada;
- c) Conhecer e reunir-se com o preposto da Detentora/Contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do fornecimento;
- d) Exigir da Detentora/Contratada o fiel cumprimento de todas as condições registradas e contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;
- e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência registrada/contratual e seu efetivo resultado;

- f) Recusar o fornecimento irregular, não aceitando produto diverso daquele que se encontra especificado no presente Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e respectivo Contrato, assim como observar, para o seu correto recebimento;
- g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Detentora/Contratada;
- h) Comunicar formalmente ao seu respectivo Gestor da Ata de Registro de Preços /Contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Detentora/Contratada;
- i) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços /Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

18.4. Caberá ao gestor da Ata de Registro de Preços e dos Contratos que dela originarem:

- a) Autorizar a abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Detentora/Contratada.
- b) Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;
- c) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas registradas/contratuais;
- d) Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal;
- e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas registradas/contratuais apontadas pelo fiscal;
- f) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Detentora/Contratada, mediante a observância das exigências registradas/contratuais e legais;
- g) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando para que o valor da Ata de Registro de Preços e Contratos não seja ultrapassado;
- h) Orientar o fiscal da Ata de Registro de Preços /Contrato para a adequada observância das cláusulas registradas/contratuais.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

19.1. O objeto deste Termo de Referência será recebido:

- 19.1.1. Provisoriamente, pelo fiscal para efeito de posterior verificação de conformidade do produto com as especificações constantes neste Termo de Referência;

- 19.1.2. Definitivamente, pelo fiscal após a conferência, verificação das especificações, qualidade, quantidade dos itens e da conformidade do produto entregue, de acordo com a proposta apresentada.
- 19.2. O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades administrativa, civil e penal da Contratada.
- 19.3. O produto deve ser entregue em perfeito estado e com plena condição de uso.
- 19.4. Exigência de requisitos mínimos de informação nas notas fiscais:
- 19.4.1. Para ser aceita pela administração, a nota fiscal deve conter, minimamente, o número do lote do medicamento e o prazo de validade, a fim de coibir fraudes do tipo simulação de venda ou comercialização de produtos falsificados, além de viabilizar ações de recolhimento de lotes de produtos, sem as quais atenta-se contra a saúde pública.
- 18.7 Exigência de demonstração expressa na nota fiscal da dedução do valor correspondente à isenção do ICMS do preço dos medicamentos elencados no anexo único do Convênio ICMS CONFAZ 87/2002 ou outras normas que impliquem desoneração tributária.
- 18.8 Aplicável apenas para medicamentos, conforme o anexo único do convênio ICMS CONFAZ 87/2002 ou de outras normas que impliquem desoneração tributária.
- 18.9 Exigência de Requisitos mínimos no tocante às informações que devem conter as embalagens dos medicamentos.
- a) De acordo com o art. 3º, § 1º, da lei 11.903/2009, as embalagens de todos os medicamentos registrados receberão identificação específica baseada em sistema de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados, contendo minimamente as seguintes informações:
- a. Número de registro dos medicamentos na Anvisa;
 - b. Número de série único do medicamento;
 - c. Número do lote ou da partida do medicamento;
 - d. Data de validade do medicamento;
- 17.7 Definição de prazo de validade dos produtos de acordo com a recomendação do Ministério da Saúde.
- 17.7.1 O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 meses, a contar da data da entrega do produto. O edital vai dispor sobre o prazo de medicamentos, quando da entrega. O medicamento deverá ser entregue com prazo equivalente a no mínimo 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Por exemplo, se o

medicamento possui validade de 24 meses contados da data de fabricação, quando da entrega deverá possuir, no mínimo, 18 meses.

20. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

20.1. Além das obrigações legais, regulamentares e contratuais e demais documentos, obriga-se, a contratada a:

- a) A responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis, decorrentes da execução do objeto, nos termos do art. 121 da Lei 14.133/2021.
- b) Nos termos do art. 120 da Lei 14.133/2021, a Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.
- c) Fornecer o(s) produto(s) de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.
- d) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento contratual.
- e) Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela solicitante, em perfeita conservação, bem como pelo seu descarregamento
- f) Manter, durante todo período de execução do objeto, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- g) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste, se verificados vícios, defeitos ou incorreções.
- h) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Contratante.
- i) Responsabilizar-se pelo custeio toda e qualquer despesa inerente à perfeita execução do contrato.
- j) Indicar preposto que se responderá perante o contrato.
- k) Atender prontamente às requisições do Contratante no fornecimento do objeto na quantidade e especificações exigidas.
- l) Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Contratante, cumprindo as exigências do mesmo.

- m) Indicar pessoa responsável pelo acompanhamento do fornecimento com poderes para dirimir eventuais dúvidas, solucionar questões não previstas no contrato e apresentar soluções práticas para quaisquer problemas envolvendo os produtos contidos neste Termo de Referência.
- n) Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere a licitação.

20.2. Caberá ao Contratante as seguintes obrigações:

- a) Efetuar o pedido em conformidade com a discriminação constante no Termo de Referência, por meio de Autorização de Fornecimento (AF) ou nota de empenho.
- b) Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do fornecimento desejado.
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratante com relação ao objeto do contrato.
- d) Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.
- e) Acompanhar a execução deste objeto.
- f) Comunicar as irregularidades observadas na entrega do(s) produto(s), formulando as exigências necessárias às respectivas regularizações.

21. DO PAGAMENTO DAS FATURAS

21.1. O Município efetuará o pagamento das notas fiscais referentes ao fornecimento objeto deste Termo de Referência em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data de entrada das mesmas no protocolo da Tesouraria, localizada na Avenida Dorival José Pereira 1370, Parque das Feiras, 55.125-000, Toritama-PE, devendo ser apresentadas devidamente atestadas e corretamente preenchidas, sem rasuras.

21.1.1. O Município verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da Contratada no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

21.1.2. O Município deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.

21.2. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

21.3. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que para tanto a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE ou outro que venha a lhe substituir.

21.4. Ocorrendo o atraso superior a 2 (dois) meses dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de fornecimento já recebidos, salvo em caso previsto em lei, fica assegurado à Contratada o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação ou rescisão unilateral sem incidência de penalidade.

22. DO REAJUSTE DE PREÇOS

22.1. De acordo com os art. 2º, § 1º, e art. 3º, § 1º, da Lei 10.192/01, no prazo inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação das propostas, os valores não poderão ser reajustados, assegurados à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, na forma da art. 92, V, da lei 14.133 de 2021.

22.2. Na hipótese da possibilidade de reajuste de preços, o índice para reajuste a ser utilizado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE ou outro que venha a lhe substituir.

22.3. A concessão do reajuste fica condicionada à apresentação de requerimento pela Contratada, isentando a Administração de concedê-lo de ofício.

23. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

23.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas nos artigos 124 a 136 da Lei n.º 14.133/2021 e posteriores alterações, conforme os artigos 17 do Decreto Municipal nº 269/2024.

23.1.1. Na hipótese de supressão unilateral, não se aplica o disposto no art. 125 da Lei 14.133/2021, que dispõe sobre o limite de 25%, podendo haver supressões de até 100%, conforme faculdade conferida a administração, visto que a ata não gera obrigação de contratar.

23.2. As alterações, porventura necessárias ao fiel cumprimento do Contrato, serão efetivadas na forma e condições do art. 124 da Lei n.º 14.133/2021, formalizadas previamente através de Termo Aditivo, que passará a integrar o Contrato para todos os fins legais.

24. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

24.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, conforme disciplinado no art. 18 do Decreto Municipal nº 269/2024.

24.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, de acordo com o estabelecido no art. 19 do Decreto Municipal nº 269/2024.

- 24.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, conforme consta no §1º do art.19 do Decreto Municipal nº 269/2024.
- 24.2.2. Na hipótese prevista no subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 24.3. Caso o preço de mercado supere o registrado na ata e o fornecedor não possa cumprir com as obrigações nela contidas, ser-lhe-á facultado requerer a revisão do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso, consoante o disposto no art. 20 do Decreto Municipal nº 269/2024:
- 24.3.1. A iniciativa e o encargo da demonstração do desequilíbrio econômico-financeiro serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão ou entidade gerenciador a análise e a deliberação a respeito do pedido, bem como eventual negociação do valor proposto.
- 24.3.2. Mediante requerimento do detentor, o gerenciador poderá suspender as autorizações de consumo/adesão à ata de registro de preços durante o período de análise a que se refere ao subitem anterior, resguardando o atendimento dos pedidos pretéritos.
- 24.3.3. Se não houver prova efetiva do desequilíbrio econômico-financeiro e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciador e o fornecedor continuará obrigado a cumprir com os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.
- 24.3.4. Na hipótese de cancelamento do registro de preços o órgão ou entidade gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para manifestarem se têm interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou os serviços, inclusive pelos preços revisados na forma do subitem 20.3.6.
- 24.3.5. Na hipótese de comprovação do disposto no subitem 20.3.1, o gerenciador revisará os preços registrados de acordo com a realidade do mercado, sem repercussão automática dos novos valores registrados sobre os pedidos pretéritos.
- 24.3.6. Caso o detentor não aceite os preços revisados no patamar estabelecido pelo gerenciador, o registro será, total ou parcialmente, cancelado e o detentor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.
- 24.4. Sendo deferido o pedido de reequilíbrio, observadas as condições do subitem 20.3.1 e, na ausência de manifestação por quaisquer dos integrantes do cadastro de reserva, o órgão ou entidade gerenciador efetuará a revisão do preço registrado.

25. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

25.1. O fornecedor terá o seu registro cancelado, consoante o disposto art. 21 do Decreto Municipal nº 269/2024, quando:

- I. Descumprir de forma injustificada as condições da ata de registro de preços ou do instrumento de contratação dela decorrente;
- II. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- III. Sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar, quando aplicada pelo poder executivo municipal, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos dos incisos III e IV do artigo 156 da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- IV. Não aceitar o preço revisado pelo órgão ou entidade gerenciador;
- V. Passar por alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura que restrinja sua capacidade de cumprir as condições da ata de registro de preços;
- VI. Decretar falência ou insolvência civil, bem como se houver dissolução da sociedade ou falecimento do fornecedor;

25.1.1. Na hipótese prevista no item III do subitem 21.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços e não seja diretamente relacionada ao seu descumprimento, o órgão ou a entidade gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

25.1.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas, será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciador, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

25.1.3. A extinção do registro do fornecedor não afeta os registros dos demais fornecedores registrados de acordo com o cadastro reserva.

25.1.4. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, desde que comprovada de maneira inequívoca, principalmente por meio de provas documentais, precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo, conforme o art. 138, II, §1º da Lei nº 14.133/2021.

26. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

26.1. As alterações, porventura necessárias ao fiel cumprimento do Contrato, serão efetivadas na forma e condições do art. 124 da Lei n.º 14.133/2021, formalizadas previamente através de Termo Aditivo, devidamente homologado, que passará a integrar o Contrato para todos os fins legais.

27. DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

27.1. O regime jurídico que rege este acordo confere ao Município as prerrogativas constantes dos art. 104 da lei 14.133/2021, as quais são reconhecidas pela Contratada.

28. DA RESCISÃO CONTRATUAL

28.1. A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas no Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, de acordo com o previsto nos Art. 138 da Lei 14.133/2021, incidindo sobre a Contratada as sanções estabelecidas em lei e no presente instrumento contratual.

29. PENALIDADES E SANÇÕES

29.1. O cometimento de irregularidades sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos da Lei 14.133/2021.

29.2. O particular ficará sujeito, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas no art. 156 da lei 14.133/2021, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

I. Advertência;

II. Multa, nos seguintes termos:

- a) Pelo atraso no fornecimento, em relação ao prazo estipulado: 0,5% (meio por cento) do valor do produto não entregue, por dia decorrido, até o limite de 30% (trinta) do valor do produto;
- b) Pela recusa em efetuar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do produto;
- c) Pela demora em substituir o produto rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do produto recusado, por dia decorrido;
- d) Pela recusa da Contratada em substituir o produto rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição do produto não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do produto rejeitado;
- e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no Edital e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

29.3. Impedimento de licitar e contratar com o Poder Executivo do Município e descredenciamento dos sistemas cadastrais de fornecedores do Município, pelo prazo de até 03 (três) anos;

- 29.4. As multas estabelecidas acima podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 30% (trinta) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.
- 29.5. Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à Contratada as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em Dívida Ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.
- 29.6. A autoridade municipal competente, em caso de inadimplemento da Contratada, deverá cancelar a nota de empenho, sem prejuízo das penalidades relacionadas nos subitens anteriores.
- 29.7. Pelos motivos que se seguem, principalmente, a Contratada estará sujeita às penalidades:
- 29.8. Ficará sujeito as penalidades previstas no art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, sem prejuízo das multas previstas e nas demais cominações legais, o Detentor que agir em conformidade com as hipóteses a seguir:
- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - III - dar causa à inexecução total do contrato;
 - IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
 - VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 29.9. Além das penalidades citadas, a Contratada ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Título IV, Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e posteriores alterações e Capítulo II-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.
- 29.10. As previsões acima descritas não excluem a possibilidade de sanções previstas na Lei nº 12.846/2013 entre outras, conforme o caso.

Toritama/PE, 29 de novembro de 2024.

Diego José Borba Pereira Pontes
Farmacêutico
Secretaria Municipal de Saúde

APÊNDICE I
TERMO DE REFERÊNCIA
ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

1. TABELA COM ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES

MEDICAMENTOS							
ITEM	SKU	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO	VALOR TOTAL
1	12825	270558	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Acetilcisteína 120ML, dosagem: 20 MG/ML, forma farmacêutica: xarope.	Frasco	2400	R\$ 11,35	R\$ 27.240,00
2	12591	268375	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Aciclovir 10g. Dosagem: 50 MG/G. Uso: Creme.	Bisnaga	1000	R\$ 4,79	R\$ 4.790,00
3	12592	268370	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Aciclovir. Dosagem: 200 MG.	Comprimido	13992	R\$ 0,55	R\$ 7.695,60
4	3590	267502	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP –Ácido Acetilsalicílico. Dosagem: 100 MG.	Comprimido	98857	R\$ 0,19	R\$ 18.782,83
5	3782	271691	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP –Ácido ascórbico 5ML, dosagem: 500 MG, tipo uso: injetável.	Ampola	4800	R\$ 4,35	R\$ 20.880,00
6	12834	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP –Ácido Fólico, concentração: 400 MCG.	Comprimido	1000	R\$ 0,59	R\$ 590,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

7	3591	267503	COTA PRINCIPAL 75% (AMPLA CONCORRÊNCIA) – Ácido fólico, concentração: 5mg	Comprimido	108000	R\$ 0,86	R\$ 92.880,00
8	3591	267503	COTA RESERVADA 25% (EXCLUSIVO PARA MEI/ ME/EPP) – Ácido fólico, concentração: 5mg	Comprimido	36000	R\$ 0,86	R\$ 30.960,00
9	3700	278338	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP –Ácido Tranexâmico 5ML. Dosagem: 250 MG.	Ampola	7200	R\$ 8,26	R\$ 59.472,00
10	3701	276839	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP –Água Destilada 10ML. Aspecto Físico: Estéril e Apirogênica.	Ampola	121330	R\$ 0,46	R\$ 55.811,80
11	16331	276839	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP –Água destilada para autoclave 5l.	Galão	250	R\$ 13,30	R\$ 3.325,00
12	12593	267507	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Albendazol 10 ML, 40MG/ML, suspensão oral.	Frasco	1745	R\$ 3,19	R\$ 5.566,55
13	12594	459822	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Albendazol. Concentração: 400 MG. Forma farmacêutica: comprimido mastigável.	Comprimido	5000	R\$ 2,10	R\$ 10.500,00
14	3594	267508	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Alopurinol. Dosagem: 100 Mg.	Comprimido	572	R\$ 0,17	R\$ 97,24

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

15	3785	271358	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Alprazolam. Dosagem: 0,25 MG.	Comprimido	24000	R\$ 0,19	R\$ 4.560,00
16	3786	271357	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Alprazolam. Dosagem: 0,50 MG.	Comprimido	35200	R\$ 0,18	R\$ 6.336,00
17	3788	271356	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Alprazolam. Dosagem: 1 MG.	Comprimido	35900	R\$ 0,25	R\$ 8.975,00
18	3787	284465	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Alprazolam. Dosagem: 2 MG.	Comprimido	39000	R\$ 0,78	R\$ 30.420,00
19	3597	446264	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Ambroxol. Concentração: 3 MG/ML. Forma farmacêutica: Xarope 120 ml.	Frasco	4100	R\$ 8,65	R\$ 35.465,00
20	12595	269393	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Ambroxol. concentração: 6 MG/ML. Forma farmacêutica: Xarope 120 ml.	Frasco	2500	R\$ 10,17	R\$ 25.425,00
21	3703	292402	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Aminofilina 10ML. Dosagem: 24 MG/ML. Forma Farmacêutica: solução injetável	Ampola	1000	R\$ 5,52	R\$ 5.520,00
22	3704	271710	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Amiodarona 3ML. Dosagem: 50mg/ML. Indicação: Injetável.	Ampola	800	R\$ 5,32	R\$ 4.256,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

23	3599	267510	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Amiodarona. Dosagem: 200mg.	Comprimido	5000	R\$ 0,49	R\$ 2.450,00
24	3789	267512	COTA PRINCIPAL 75% (AMPLA CONCORRÊNCIA) – Amitriptilina Cloridrato. Dosagem: 25 MG.	Comprimido	155400	R\$ 0,44	R\$ 68.376,00
25	3789	267512	COTA RESERVADA 25% (EXCLUSIVO PARA MEI/ ME/EPP) – Amitriptilina Cloridrato. Dosagem: 25 MG.	Comprimido	518000	R\$ 0,44	R\$ 22.792,00
26	3600	271090	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Amoxicilina 60ML. Concentração: 250MG.	Frasco	6240	R\$ 8,42	R\$ 52.540,80
27	12596	448841	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Amoxicilina 75ML, princípio ativo: associada com Clavulanato De Potássio. Concentração: 50 Mg/ML + 12,5 MG/ML. Forma farmacêutica: suspensão oral.	Frasco	495	R\$ 33,86	R\$ 16.760,70
28	12833	-	COTA PRINCIPAL 75% (AMPLA CONCORRÊNCIA) – Amoxicilina, princípio ativo: associada com clavulanato de potássio, concentração: 400MG + 57MG, apresentação: suspensão oral, frasco com 70ML.	Frasco	3000	R\$ 25,36	R\$ 76.080,00
29	12833	-	COTA RESERVADA 25% (EXCLUSIVO PARA MEI/ ME/EPP) – Amoxicilina, princípio ativo: associada com clavulanato de potássio, concentração: 400MG + 57MG, apresentação: suspensão oral, frasco com 70ML.	Frasco	1000	R\$ 25,36	R\$ 25.360,00
30	3603	353333	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Amoxicilina, princípio ativo: associada com clavulanato de potássio, concentração: 875MG + 125MG.	Comprimido	4000	R\$ 5,08	R\$ 20.320,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

31	3602	271217	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Amoxicilina, princípio ativo: associada com Clavulanato De Potássio. Concentração: 500mg + 125mg.	Comprimido	700	R\$ 3,89	R\$ 2.723,00
32	3601	271089	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Amoxicilina. Concentração: 500mg.	Comprimido	50000	R\$ 0,68	R\$ 34.000,00
33	3606	448843	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP –150 ML. Concentração: 50 MG/ML. Forma farmacêutica: suspensão Oral.	Frasco	300	R\$ 16,79	R\$ 5.037,00
34	3705	268207	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Ampicilina, dosagem: 1G. Tipo uso: Injetável.	Ampola	1000	R\$ 4,66	R\$ 4.660,00
35	3605	267515	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Ampicilina. Dosagem: 500 MG.	Comprimido	4000	R\$ 1,00	R\$ 4.000,00
36	3607	268896	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Anlodipino Besilato. Dosagem: 10 MG.	Comprimido	80000	R\$ 0,25	R\$ 20.000,00
37	3608	272434	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Anlodipino Besilato. Dosagem: 5 MG.	Comprimido	96272	R\$ 0,18	R\$ 17.328,96
38	3609	267516	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Atenolol. Dosagem: 25 MG.	Comprimido	57376	R\$ 0,10	R\$ 5.737,60

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

39	3610	267517	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Atenolol. Dosagem: 50 MG.	Comprimido	50000	R\$ 0,29	R\$ 14.500,00
40	3585	268396	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Atracúrio Besilato 2,5ML. Dosagem: 10 MG/ML. Indicação: Solução Injetável.	Ampola	300	R\$ 11,12	R\$ 3.336,00
41	3706	268214	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Atropina Sulfato 1ML. Dosagem: 0,25 MG/ML. Uso: Solução Injetável.	Ampola	3000	R\$ 2,08	R\$ 6.240,00
42	3707	247256	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Azitromicina Di - Hidratada 15ML, dosagem: 600 MG, apresentação: suspensão oral.	Ampola	100	R\$ 8,44	R\$ 844,00
43	3611	268949	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Azitromicina. Dosagem: 40 MG/ML. Frasco 22,5 ml. Apresentação: suspensão oral.	Frasco	3000	R\$ 26,24	R\$ 78.720,00
44	3612	267140	COTA PRINCIPAL 75% (AMPLA CONCORRÊNCIA) – Azitromicina. Dosagem: 500 MG.	Comprimido	22500	R\$ 4,09	R\$ 92.025,00
45	3612	267140	COTA RESERVADA 25% (EXCLUSIVO PARA MEI/ ME/EPP) – Azitromicina. Dosagem: 500 MG.	Comprimido	7500	R\$ 4,09	R\$ 30.675,00
46	13485	270612	COTA PRINCIPAL 75% (AMPLA CONCORRÊNCIA) – Benzilpenicilina. Apresentação: Benzatina Dosagem: 1.200.000UI. Uso: Injetável.	Ampola	7200	R\$ 11,13	R\$ 80.136,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

47	13485	270612	COTA RESERVADA 25% (EXCLUSIVO PARA MEI/ ME/EPP) – Benzilpenicilina. Apresentação: Benzatina Dosagem: 1.200.000UI. Uso: Injetável.	Ampola	2400	R\$ 11,13	R\$ 26.712,00
48	7194	270613	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Benzilpenicilina. Apresentação: Benzatina Dosagem: 600.000ui. Uso: Injetável.	Ampola	2400	R\$ 8,14	R\$ 19.536,00
49	12581	394088	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Bicarbonato de sódio 10ML. Concentração: 8,40%. Forma farmacêutica: solução injetável. Característica adicional: em sistema fechado.	Ampola	1200	R\$ 1,11	R\$ 1.332,00
50	3710	396604	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Biperideno 1ML. Composição: Cloridrato. Concentração: 5 MG/ML. Forma Farmacêutica: Solução Injetável.	Ampola	600	R\$ 2,72	R\$ 1.632,00
51	3790	270140	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Biperideno. Dosagem: 2 MG.	Comprimido	22000	R\$ 0,45	R\$ 9.900,00
52	7845	269958	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Bromoprida 2ML. Dosagem: 5 MG/ML. Apresentação: Injetável.	Ampola	12000	R\$ 1,74	R\$ 20.880,00
53	3648	269954	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Bromoprida. Dosagem: 10 MG.	Comprimido	300	R\$ 0,54	R\$ 162,00
54	12823	266706	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Budesonida, 120 doses, concentração: 32mcg/dose, forma farmacêutica: suspensão spray, características adicionais: frasco com válvula dosificadora.	Frasco	100	R\$ 12,95	R\$ 1.295,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

55	12824	266701	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Budesonida, 120 doses, concentração: 50mcg/dose, forma farmacêutica: suspensão spray, características adicionais: frasco com válvula dosificadora.	Frasco	100	R\$ 36,23	R\$ 3.623,00
56	3791	268994	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Bupropiona Cloridrato. Dosagem: 150 MG.	Comprimido	42500	R\$ 0,65	R\$ 27.625,00
57	3682	268084	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Cabergolina. Dosagem: 0,5 MG.	Comprimido	500	R\$ 17,55	R\$ 8.775,00
58	3619	267613	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Captopril. Concentração: 25 MG.	Comprimido	100000	R\$ 0,09	R\$ 9.000,00
59	3793	392264	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Carbamazepina 100ML. Concentração: 20 MG/ML. Forma farmacêutica: Xarope.	Frasco	1000	R\$ 13,11	R\$ 13.110,00
60	3792	267618	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Carbamazepina. Dosagem: 200 MG.	Comprimido	96000	R\$ 0,30	R\$ 28.800,00
61	3794	267621	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Carbonato De Lítio. Dosagem: 300 MG.	Comprimido	30000	R\$ 0,49	R\$ 14.700,00
62	16611	446251	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Carvão ativado. Forma farmacêutica: Em pó. Frasco 500g.	Frasco	12	R\$ 47,52	R\$ 570,24

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

63	3621	267564	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Carvedilol. Dosagem: 12,5 MG.	Comprimido	15000	R\$ 0,51	R\$ 7.650,00
64	3622	267567	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Carvedilol. Dosagem: 25 MG.	Comprimido	15000	R\$ 0,43	R\$ 6.450,00
65	3625	331555	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Cefalexina 100 ML. Dosagem: 50 MG/ML. Forma farmacêutica: pó para suspensão oral.	Frasco	1600	R\$ 30,63	R\$ 49.008,00
66	3624	267625	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Cefalexina. Dosagem: 500 MG.	Cápsula	46500	R\$ 1,07	R\$ 49.755,00
67	3716	268228	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Cefalotina Sódica 10ML. Dosagem: 1G. Uso: Injetável	Ampola	1500	R\$ 4,20	R\$ 6.300,00
68	3715	442701	COTA PRINCIPAL 75% (AMPLA CONCORRÊNCIA) – Ceftriaxona Sódica 3,5ML. Concentração: 1G. Forma Farmacêutica: Pó para solução injetável.	Ampola	7500	R\$ 19,38	R\$ 145.350,00
69	3715	442701	COTA RESERVADA 25% (EXCLUSIVO PARA MEI/ ME/EPP) – Ceftriaxona Sódica 3,5ML. Concentração: 1G. Forma Farmacêutica: Pó para solução injetável.	Ampola	2500	R\$ 19,38	R\$ 48.450,00
70	12599	270114	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Cetamina Cloridrato 10ML, dosagem: 50 MG/ML. Aplicação: solução injetável.	Ampola	500	R\$ 57,79	R\$ 28.895,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

71	3627	308736	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Cetoconazol 30G. Dosagem: 20 MG/G. Forma farmacêutica: creme tópico.	Bisnaga	1000	R\$ 11,33	R\$ 11.330,00
72	3626	267151	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Cetoconazol. Dosagem: 200 MG.	Comprimido	6000	R\$ 0,77	R\$ 4.620,00
73	3719	448845	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Cetoprofeno IM 2ML. Concentração: 50 MG/ML. Forma farmacêutica: solução injetável.	Ampola	12000	R\$ 1,69	R\$ 20.280,00
74	12600	448845	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Cetoprofeno IV 2ML. Concentração: 50 MG/ML. Forma Farmacêutica: Solução Injetável.	Ampola	4800	R\$ 2,32	R\$ 11.136,00
75	3720	340167	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Cimetidina 2ML.Concentração: 150 MG/ML. Forma Farmacêutica: Solução Injetável.	Ampola	3000	R\$ 1,70	R\$ 5.100,00
76	3717	292418	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Ciprofloxacino cloridrato 100ML, dosagem: 2 MG/ML, apresentação: solução injetável.	Bolsa	500	R\$ 12,48	R\$ 6.240,00
77	3628	267632	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Ciprofloxacino Cloridrato. Dosagem: 500 MG.	Comprimido	20000	R\$ 0,64	R\$ 12.800,00
78	3721	292419	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Clindamicina 4ML. Dosagem: 150 MG/ML. Apresentação: Solução Injetável.	Ampola	1600	R\$ 3,84	R\$ 6.144,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

79	3797	270120	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Clonazepam 20ML. Dosagem: 2,5 MG/ML. Apresentação: Solução oral- gotas.	Frasco	2400	R\$ 4,24	R\$ 10.176,00
80	3795	270118	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Clonazepam. Dosagem: 0,5 MG.	Comprimido	58500	R\$ 0,13	R\$ 7.605,00
81	3796	270119	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Clonazepam. Dosagem: 2 MG.	Comprimido	214500	R\$ 0,22	R\$ 47.190,00
82	3722	272045	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Clopidogrel. Dosagem: 75 MG.	Comprimido	2000	R\$ 0,58	R\$ 1.160,00
83	3723	267162	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Cloreto De Potássio 10ML. Dosagem: 19,1%. Apresentação: Solução Injetável.	Ampola	1200	R\$ 0,63	R\$ 756,00
84	12601	452796	COTA PRINCIPAL 75% (AMPLA CONCORRÊNCIA) – Cloreto De Sódio 100ML. Concentração: 0,9 %. Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Característica adicional: Sistema fechado. Características Adicionais 1: bolsa/frasco isento de pvc.	Frasco	27525	R\$ 6,86	R\$ 188.821,50
85	12601	452796	COTA RESERVADA 25% (EXCLUSIVO PARA MEI/ ME/EPP) – Cloreto De Sódio 100ML. Concentração: 0,9 %. Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Característica adicional: Sistema fechado. Características Adicionais 1: bolsa/frasco isento de pvc.	Frasco	9175	R\$ 6,86	R\$ 62.940,50
86	3728	267574	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Cloreto De Sódio 10ML. Dosagem: 20%. Uso: Solução Injetável.	Ampola	1000	R\$ 0,57	R\$ 570,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

87	3725	452796	COTA PRINCIPAL 75% (AMPLA CONCORRÊNCIA) – Cloreto De Sódio 250ML. Concentração: 0,9%. Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Característica adicional: Sistema Fechado. Características Adicionais 1: Bolsa/Frasco Isento de Pvc.	Frasco	19350	R\$ 6,58	R\$ 127.323,00
88	3725	452796	COTA RESERVADA 25% (EXCLUSIVO PARA MEI/ ME/EPP) – Cloreto De Sódio 250ML. Concentração: 0,9%. Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Característica adicional: Sistema Fechado. Características Adicionais 1: Bolsa/Frasco Isento de Pvc.	Frasco	6450	R\$ 6,58	R\$ 42.441,00
89	16620	-	COTA PRINCIPAL 75% (AMPLA CONCORRÊNCIA) – Cloreto de sódio 500ML. Concentração: 0,9 %. Forma farmacêutica: Solução injetável. Característica adicional: Sistema Fechado. Uma Bolsa/Frasco Isento de Pvc.	Frasco	15000	R\$ 6,58	R\$ 98.700,00
90	16620	-	COTA RESERVADA 25% (EXCLUSIVO PARA MEI/ ME/EPP) – Cloreto de sódio 500ML. Concentração: 0,9 %. Forma farmacêutica: Solução injetável. Característica adicional: Sistema Fechado. Uma Bolsa/Frasco Isento de Pvc.	Frasco	5000	R\$ 6,58	R\$ 32.900,00
91	3731	268069	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Clorpromazina 5ML. Dosagem: 5 MG/ML. Apresentação: Solução Injetável.	Ampola	1200	R\$ 3,45	R\$ 4.140,00
92	3798	267638	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Clorpromazina. Dosagem: 100 MG.	Comprimido	12600	R\$ 0,63	R\$ 7.938,00
93	3799	267635	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Clorpromazina. Dosagem: 25 MG.	Comprimido	10000	R\$ 0,36	R\$ 3.600,00
94	3650	270494	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Colagenase 50G. Apresentação: associada com Cloranfenicol. Concentração: 0,6ui + 1%. Uso: pomada vaginal + aplicadores.	Bisnaga	500	R\$ 14,02	R\$ 7.010,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

95	12877	449681	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Colecalciferol (Vitamina D), concentração: 10.000 UI, forma farmacêutica: comprimido.	Comprimido	2400	R\$ 2,76	R\$ 6.624,00
96	12798	337468	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Desloratadina 100 ML, concentração: 0,5 MG/ML, forma farmacêutica: Xarope.	Frasco	100	R\$ 27,85	R\$ 2.785,00
97	12797	287529	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Desloratadina, dosagem: 5 MG, forma farmacêutica: comprimidos revestidos.	Comprimido	100	R\$ 3,42	R\$ 342,00
98	3629	268243	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Dexametasona 100 ML. Dosagem: 0,1 MG/ML. Apresentação: elixir.	Frasco	587	R\$ 8,76	R\$ 5.142,12
99	3630	267643	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Dexametasona 10g. Dosagem: 1mg. Apresentação: Creme.	Bisnaga	3000	R\$ 7,53	R\$ 22.590,00
100	3733	300733	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Dexametasona 1ML. Concentração: 2 Mg/ML. Forma Farmacêutica: Solução Injetável.	Ampola	10200	R\$ 1,07	R\$ 10.914,00
101	3734	292427	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Dexametasona 2,5ML. Dosagem: 4 MG/ML. Forma farmacêutica: solução injetável.	Ampola	20800	R\$ 1,98	R\$ 41.184,00
102	3631	269388	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Dexametasona. Dosagem: 4 MG.	Comprimido	10000	R\$ 1,00	R\$ 10.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

103	3633	267645	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Dexclorfeniramina Maleato 120ML. Dosagem: 2 Mg.	Frasco	1800	R\$ 9,19	R\$ 16.542,00
104	3632	267645	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Dexclorfeniramina Maleato. Dosagem: 2 Mg.	Comprimido	22000	R\$ 0,44	R\$ 9.680,00
105	3582	352204	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Dexmedetomidina Cloridrato 2ML. Concentração: 100 MCG/ML. Forma Farmacêutica: Solução injetável.	Ampola	200	R\$ 12,47	R\$ 2.494,00
106	3735	395147	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Diazepam 2ML. Concentração: 10 MG/ML. Forma Farmacêutica: Solução Injetável.	Ampola	4800	R\$ 1,56	R\$ 7.488,00
107	3800	267197	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Diazepam. Dosagem: 10 MG.	Comprimido	41000	R\$ 0,31	R\$ 12.710,00
108	3801	267195	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Diazepam. Dosagem: 5 MG.	Comprimido	20000	R\$ 0,35	R\$ 7.000,00
109	3736	273137	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Diclofenaco 3ML. Apresentação: Sal Sódico. Dosagem: 75mg.	Ampola	14400	R\$ 1,23	R\$ 17.712,00
110	3732	267732	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Vitelinato De Prata 5ML. Concentração: 10%. Indicação: Solução Oftálmica.	Frasco	100	R\$ 44,46	R\$ 4.446,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

111	3636	267205	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Dipirona Sódica 10 ML. Dosagem: 500 MG/ML. Apresentação: solução oral (gotas).	Frasco	2500	R\$ 3,32	R\$ 8.300,00
112	12602	268252	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Dipirona Sódica 2ML.Dosagem: 500 MG/ML. Apresentação: Solução Injetável.	Ampola	37000	R\$ 0,94	R\$ 34.780,00
113	3635	267203	COTA PRINCIPAL 75% (AMPLA CONCORRÊNCIA) – Dipirona Sódica. Dosagem: 500 MG.	Comprimido	177750	R\$ 0,59	R\$ 104.872,50
114	3635	267203	COTA RESERVADA 25% (EXCLUSIVO PARA MEI/ ME/EPP) – Dipirona Sódica. Dosagem: 500 MG.	Comprimido	59250	R\$ 0,59	R\$ 34.957,50
115	3738	260316	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Dobutamina Cloridrato. Dosagem: 250mg / 20ml. Apresentação: solução injetável. Indicação: inotrópico.	Ampola	100	R\$ 8,58	R\$ 858,00
116	3739	268960	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Dopamina 10ML. Dosagem: 5 Mg/ML. Apresentação: Solução Injetável.	Ampola	200	R\$ 3,59	R\$ 718,00
117	3637	267651	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Enalapril Maleato. Dosagem: 10 MG.	Comprimido	120000	R\$ 0,15	R\$ 18.000,00
118	3638	267650	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Enalapril Maleato. Dosagem: 5 MG.	Comprimido	32200	R\$ 0,24	R\$ 7.728,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

119	12603	268452	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Enoxaparina 0,2ML, dosagem: 20mg/0,2 ML, indicação: injetável, seringa graduada.	Ampola	250	R\$ 23,48	R\$ 5.870,00
120	3740	268453	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Enoxaparina 0,4ML. Dosagem: 40mg/0,4 ML. Indicação: injetável, seringa graduada.	Ampola	1000	R\$ 25,05	R\$ 25.050,00
121	3741	268255	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Epinefrina 1ML. Dosagem: 1mg/ML. Uso: Solução Injetável.	Ampola	2000	R\$ 1,70	R\$ 3.400,00
122	3713	267282	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Escopolamina Butilbrometo 1ML. Dosagem: 20 MG/ML. Indicação: solução injetável.	Ampola	6000	R\$ 2,37	R\$ 14.220,00
123	3617	267281	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Escopolamina Butilbrometo 20ML, dosagem: 10 MG/ML, indicação: solução oral.	Frasco	330	R\$ 9,69	R\$ 3.197,70
124	3615	270622	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Escopolamina Butilbrometo 20ML. Apresentação: Associada com dipirona sódica. Dosagem: 6,67mg + 333,4 mg/ML. Indicação: solução oral.	Frasco	400	R\$ 9,27	R\$ 3.708,00
125	12604	270621	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Escopolamina Butilbrometo 5ML, apresentação: associada com dipirona sódica, dosagem: 4mg + 500mg/ML, indicação: solução injetável.	Ampola	10000	R\$ 2,29	R\$ 22.900,00
126	3616	270620	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Escopolamina Butilbrometo. Apresentação: associada com dipirona sódica. Dosagem: 10mg + 250mg.	Comprimido	46000	R\$ 1,02	R\$ 46.920,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

127	12813	267654	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Espironolactona, dosagem: 100 MG.	Comprimido	1000	R\$ 0,71	R\$ 710,00
128	3639	267653	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Espironolactona. Dosagem: 25 MG.	Comprimido	35000	R\$ 0,25	R\$ 8.750,00
129	3742	272198	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Etilefrina Cloridrato 1ML. Composição: 10mg/ML. Apresentação: Injetável.	Ampola	400	R\$ 2,62	R\$ 1.048,00
130	3743	267107	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Fenitoína Sódica 5ML. Dosagem: 50 MG/ML. Apresentação: Solução Injetável.	Ampola	1200	R\$ 5,89	R\$ 7.068,00
131	3802	267657	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Fenitoína Sódica. Dosagem: 100 MG.	Comprimido	24000	R\$ 0,17	R\$ 4.080,00
132	3804	300723	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Fenobarbital Sódico 20ML. Dosagem: 40 MG/ML. Forma Farmacêutica: solução oral - gotas.	Frasco	350	R\$ 4,74	R\$ 1.659,00
133	3744	300725	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Fenobarbital Sódico 2ML. Dosagem: 100 MG/ML. Forma Farmacêutica: Solução Injetável.	Ampola	500	R\$ 5,39	R\$ 2.695,00
134	3803	267660	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Fenobarbital Sódico. Dosagem: 100 MG.	Comprimido	43000	R\$ 0,18	R\$ 7.740,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

135	3613	396471	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Fenoterol Bromidrato 20 ML. Concentração: 5 MG/ML. Forma farmacêutica: Solução oral.	Frasco	500	R\$ 8,71	R\$ 4.355,00
136	3745	424712	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Fentanila 10ML. Composição: sal citrato. Concentração: 78,5 MG/ML. Forma farmacêutica: solução injetável.	Ampola	2000	R\$ 4,77	R\$ 9.540,00
137	3640	267662	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Fluconazol. Dosagem: 150 MG.	Cápsula	7485	R\$ 2,48	R\$ 18.562,80
138	12605	268510	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Flumazenil 5ML. Dosagem: 0,1 MG/ML. Indicação: Solução Injetável.	Ampola	400	R\$ 12,60	R\$ 5.040,00
139	3805	273009	COTA PRINCIPAL 75% (AMPLA CONCORRÊNCIA) – Fluoxetina. Dosagem: 20 MG.	Comprimido	140500	R\$ 0,50	R\$ 70.250,00
140	3805	273009	COTA RESERVADA 25% (EXCLUSIVO PARA MEI/ ME/EPP) – Fluoxetina. Dosagem: 20 MG.	Comprimido	45500	R\$ 0,50	R\$ 22.750,00
141	3746	267328	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Fosfato de sódio 130ML. Apresentação: Enema. Dosagem: fosfato monobásico 16% + fosfato dibásico 6%.	Frasco	200	R\$ 6,61	R\$ 1.322,00
142	12606	267666	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Furosemida 2ML. Composição: 10 Mg/ML. Apresentação: Solução Injetável.	Ampola	2500	R\$ 1,18	R\$ 2.950,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

143	3641	267663	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Furosemida. Dosagem: 40 MG.	Comprimido	60000	R\$ 0,28	R\$ 16.800,00
144	3748	269759	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Gentamicina 2ML. Dosagem: 80 MG/ML. Aplicação: Solução Injetável.	Ampola	1200	R\$ 1,60	R\$ 1.920,00
145	3642	267671	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Glibenclamida. Dosagem: 5 MG.	Comprimido	129500	R\$ 0,10	R\$ 12.950,00
146	13486	442755	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Gliclazida 60mg. Comprimido.	Comprimido	15000	R\$ 0,69	R\$ 10.350,00
147	12807	442754	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Gliclazida, concentração: 30 MG, forma farmacêutica: liberação prolongada.	Comprimido	15000	R\$ 0,35	R\$ 5.250,00
148	3751	267541	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Glicose 10ML. Concentração: 50% Indicação: Solução Injetável.	Ampola	2400	R\$ 0,69	R\$ 1.656,00
149	3749	270092	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Glicose 250ML. Concentração: 5%. Indicação: Solução Injetável. Características Adicionais: Sistema Fechado.	Frasco	600	R\$ 6,07	R\$ 3.642,00
150	3750	357880	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Glicose 500ML. Concentração: 5%. Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Característica Adicional: Sistema Fechado, embalagem primária isenta de pvc.	Frasco	900	R\$ 7,22	R\$ 6.498,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

151	3752	270019	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Gluconato de Cálcio 10% mg/mL, ampola 10ml.	Ampola	600	R\$ 2,12	R\$ 1.272,00
152	3753	292196	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Haloperidol 1ML. Concentração: 5 MG/ML. Tipo Uso: Solução Injetável.	Ampola	600	R\$ 2,20	R\$ 1.320,00
153	3807	292195	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Haloperidol 20 ML. Concentração: 2 MG/ML. Tipo Uso: solução oral-gotas.	Frasco	500	R\$ 4,39	R\$ 2.195,00
154	3806	267670	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Haloperidol. Dosagem: 1 MG.	Comprimido	12600	R\$ 0,57	R\$ 7.182,00
155	3808	267669	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Haloperidol. Dosagem: 5 MG.	Comprimido	22600	R\$ 0,80	R\$ 18.080,00
156	3754	272796	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Heparina Sódica 0,25ML. Dosagem: 5.000ui/ML. Indicação: Injetável.	Ampola	1000	R\$ 6,55	R\$ 6.550,00
157	3730	268115	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Hidralazina 1ML. Dosagem: 20 MG/ML. Indicação: Solução Injetável.	Ampola	1300	R\$ 6,60	R\$ 8.580,00
158	3644	267674	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Hidroclorotiazida. Dosagem: 25 MG.	Comprimido	306000	R\$ 0,04	R\$ 12.240,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

159	12607	270220	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Hidrocortisona , dosagem: 100mg. Apresentação: Injetável.	Ampola	2800	R\$ 3,82	R\$ 10.696,00
160	3756	270219	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Hidrocortisona 500MG. Princípio Ativo: 500mg. Apresentação: Injetável.	Ampola	4000	R\$ 5,66	R\$ 22.640,00
161	3645	395730	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Hidróxido de alumínio 150 ML. Composição: associado ao hidróxido de magnésio. Concentração: 60 Mg + 40 MG/ML. forma farmacêutica: suspensão oral.	Frasco	2000	R\$ 4,52	R\$ 9.040,00
162	12879	332755	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Ibuprofeno 20 ML, dosagem: 100 MG/ML, forma farmacêutica: suspensão oral.	Frasco	2000	R\$ 8,99	R\$ 17.980,00
163	3646	332755	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Ibuprofeno 30 ML. Dosagem: 100 MG/ML. Forma Farmacêutica: suspensão oral.	Frasco	2000	R\$ 11,00	R\$ 22.000,00
164	3647	267676	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Ibuprofeno. Dosagem: 600 MG.	Comprimido	50000	R\$ 0,38	R\$ 19.000,00
165	12608	266827	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Imunoglobulina Humana 2ML. Tipo: Anti Rho(D). Dosagem: 300 MCG. Apresentação: solução injetável.	Ampola	24	R\$ 280,66	R\$ 6.735,84
166	3614	268331	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Ipratrópio Brometo, 20 ML. Dosagem: 0,25 MG/ML. Uso: solução para inalação.	Frasco	500	R\$ 3,14	R\$ 1.570,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

167	3759	273396	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Isossorbida. Princípio ativo: sal dinitrato. Dosagem: 10 MG.	Comprimido	800	R\$ 0,33	R\$ 264,00
168	3758	273402	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Isossorbida. Princípio Ativo: Sal Mononitrato. Dosagem: 5 MG. Tipo Medicamento: Sublingual.	Comprimido	500	R\$ 0,36	R\$ 180,00
169	3649	376767	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – ivermectina. Concentração: 6 MG.	Comprimido	3000	R\$ 3,32	R\$ 9.960,00
170	12830	437283	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Levofloxacino hemi-hidratado, concentração: 750 MG.	Comprimido	1000	R\$ 4,56	R\$ 4.560,00
171	3651	305270	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Levofloxacino. Dosagem: 500 MG.	Comprimido	1200	R\$ 4,46	R\$ 5.352,00
172	3812	268130	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Levomepromazina 20ML. Dosagem: 40 MG/ML. Apresentação: Solução Oral.	Frasco	600	R\$ 12,26	R\$ 7.356,00
173	3810	268129	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Levomepromazina. Dosagem: 100 MG.	Comprimido	20000	R\$ 0,95	R\$ 19.000,00
174	3811	268128	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Levomepromazina. Dosagem: 25 MG.	Comprimido	15000	R\$ 2,63	R\$ 39.450,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

175	7470	268124	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Levotiroxina Sódica, dosagem: 25 MCG.	Comprimido	100	R\$ 0,19	R\$ 19,00
176	3652	233324	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Levotiroxina Sódica. Dosagem: 100 Mcg.	Comprimido	4000	R\$ 0,18	R\$ 720,00
177	3761	269843	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Lidocaína 2% 20ml com vasoconstrito, ampola.	Ampola	300	R\$ 12,75	R\$ 3.825,00
178	12609	269843	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Lidocaína Cloridrato 20ML s/v. Dosagem: 2%. Apresentação: Injetável.	Frasco	600	R\$ 6,37	R\$ 3.822,00
179	3653	269846	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Lidocaína cloridrato 30g, dosagem: 20mg/g, apresentação: gel/gelêia.	Bisnaga	1000	R\$ 7,89	R\$ 7.890,00
180	3762	269845	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Lidocaína Cloridrato 50ML. Dosagem: 10%. Apresentação: Spray.	Frasco	12	R\$ 52,56	R\$ 630,72
181	3654	273467	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Loratadina 100ML. Concentração: 1mg/ML. Tipo medicamento: Xarope.	Frasco	2000	R\$ 13,84	R\$ 27.680,00
182	3655	268856	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Losartana Potássica. Dosagem: 50 MG.	Comprimido	502000	R\$ 0,10	R\$ 50.200,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

183	3777	299675	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Manitol 250ML. Dosagem: 20%. Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Características Adicionais: Sistema Fechado.	Bolsa	100	R\$ 16,90	R\$ 1.690,00
184	3657	267694	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Mebendazol 30 ML. Dosagem: 20 MG/ML. Apresentação: Suspensão oral.	Frasco	100	R\$ 5,08	R\$ 508,00
185	3584	268487	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Meropenem. Dosagem: 500 MG. Apresentação: Injetável.	Ampola	500	R\$ 11,96	R\$ 5.980,00
186	3658	267690	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Metformina Cloridrato. Dosagem: 500 MG.	Comprimido	150000	R\$ 0,16	R\$ 24.000,00
187	3659	267691	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Metformina Cloridrato. Dosagem: 850 MG.	Comprimido	385000	R\$ 0,14	R\$ 53.900,00
188	3660	267689	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Metildopa. Dosagem: 250 MG.	Comprimido	17000	R\$ 0,56	R\$ 9.520,00
189	3661	267688	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Metildopa. Dosagem: 500 MG.	Comprimido	13000	R\$ 1,25	R\$ 16.250,00
190	3663	267311	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Metoclopramida Cloridrato 10ML. Dosagem: 4 Mg/ML. Apresentação: Solução oral.	Frasco	400	R\$ 5,16	R\$ 2.064,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

191	3763	267312	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Metoclopramida Cloridrato 2ML. Dosagem: 10 MG. Forma farmacêutica: solução injetável.	Ampola	5000	R\$ 1,11	R\$ 5.550,00
192	3662	267312	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Metoclopramida Cloridrato. Dosagem: 10 MG.	Comprimido	12500	R\$ 0,53	R\$ 6.625,00
193	3666	266863	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Metronidazol 100ML. Dosagem: 40 MG/ML. Apresentação: Suspensão Oral.	Frasco	400	R\$ 13,02	R\$ 5.208,00
194	3764	288636	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Metronidazol 100ML. Dosagem: 500 MG.	Bolsa	600	R\$ 6,43	R\$ 3.858,00
195	12610	448758	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Metronidazol 50g. Concentração: 100 MG/G. Forma Farmacêutica: Gel vaginal. Características adicionais: com aplicadores.	Bisnaga	2000	R\$ 16,68	R\$ 33.360,00
196	12832	268499	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Metronidazol, dosagem: 400 MG.	Comprimido	100	R\$ 0,98	R\$ 98,00
197	3665	267717	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Metronidazol. Dosagem: 250 MG.	Comprimido	20000	R\$ 0,29	R\$ 5.800,00
198	3670	268162	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Miconazol Nitrato 80G. Dosagem: 2%. Apresentação: Creme vaginal com 14 aplicadores.	Bisnaga	1200	R\$ 15,69	R\$ 18.828,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

199	3765	272817	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Midazolam 3ML. Dosagem: 15 MG/ML. Forma farmacêutica: solução injetável.	Ampola	1500	R\$ 2,51	R\$ 3.765,00
200	3766	304871	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Morfina 1ML. Apresentação: Sulfato. Concentração: 10mg/ML. Forma Farmacêutica: Solução Injetável.	Ampola	3200	R\$ 5,26	R\$ 16.832,00
201	3775	271392	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Morfina. Apresentação: Sulfato. Concentração: 10mg.	Comprimido	5000	R\$ 0,66	R\$ 3.300,00
202	3696	259273	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Neomicina 10g, apresentação: bisnaga, dosagem: Neomicina 5 Mg + Bacitracina 250 Ui/G.	Bisnaga	3000	R\$ 8,24	R\$ 24.720,00
203	3667	267728	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Nifedipino. Dosagem: 10 MG.	Comprimido	6000	R\$ 0,57	R\$ 3.420,00
204	3668	273710	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Nimesulida. Dosagem: 100 MG.	Comprimido	60000	R\$ 0,40	R\$ 24.000,00
205	3669	267378	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Nistatina 50 ML. Dosagem: 100.000 Ui/ML. Apresentação: Suspensão oral.	Frasco	300	R\$ 6,71	R\$ 2.013,00
206	12828	266788	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Nistatina 60G, dosagem: 25.000 Ui/G, apresentação: creme vaginal, características adicionais: com 14 aplicadores.	Bisnaga	100	R\$ 7,88	R\$ 788,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

207	13525	279297	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Nistatina, apresentação: associada com óxido de zinco, aproximadamente 60g, concentração: 100.000ui + 200mg/G, tipo medicamento: creme.	Unidade	3500	R\$ 17,75	R\$ 62.125,00
208	3767	268970	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Nitroglicerina 5ML. Dosagem: 5 MG/ML. Aplicação: Injetável.	Ampola	200	R\$ 37,53	R\$ 7.506,00
209	3768	453501	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Nitroprusseto De Sódio 2ML. Concentração: 25 MG/ML. Forma Farmaceutica: Solução Injetável.	Ampola	300	R\$ 32,17	R\$ 9.651,00
210	3769	442584	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Norepinefrina 4ML. Concentração: 2 MG/ML. Forma Farmacêutica: Solução Injetável.	Ampola	1200	R\$ 3,03	R\$ 3.636,00
211	3770	268277	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Ocitocina 1ML. Dosagem: 5 UI/ML. Indicação: Solução Injetável.	Ampola	600	R\$ 6,99	R\$ 4.194,00
212	3671	474366	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Óleo mineral, frasco 100ml.	Frasco	1000	R\$ 9,94	R\$ 9.940,00
213	12612	268160	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Omeprazol 10ML. Concentração: 40 MG. Uso: Injetável.	Frasco	4800	R\$ 13,87	R\$ 66.576,00
214	3672	267712	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Omeprazol. Concentração: 20 MG.	Cápsula	98600	R\$ 0,53	R\$ 52.258,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

215	3674	267713	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Omeprazol. Concentração: 40 MG.	Cápsula	26400	R\$ 2,26	R\$ 59.664,00
216	3583	268504	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Ondansetrona Cloridrato 2ML. Dosagem: 2 MG/ML. Indicação: Injetável.	Ampola	14000	R\$ 1,90	R\$ 26.600,00
217	3587	272327	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Oxibutinina Cloridrato. Dosagem: 5 MG.	Comprimido	100	R\$ 0,84	R\$ 84,00
218	3675	267777	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Paracetamol 15ML. Dosagem Solução oral: 200 MG/ML. Apresentação: Solução oral.	Frasco	2606	R\$ 7,33	R\$ 19.101,98
219	12613	270907	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Paracetamol. Apresentação: Associado com Codeína. Dosagem: 500mg + 30mg.	Comprimido	27731	R\$ 1,02	R\$ 28.285,62
220	3676	267778	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Paracetamol. Dosagem Comprimido: 500 MG.	Comprimido	64000	R\$ 0,19	R\$ 12.160,00
221	3677	267773	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Permetrina 60ML. Dosagem: 10 MG/ML. Indicação: Loção.	Frasco	1000	R\$ 10,37	R\$ 10.370,00
222	3772	272329	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Petidina Cloridrato 2ML. Dosagem: 50 MG/ML. Apresentação: Solução Injetável.	Ampola	2000	R\$ 5,17	R\$ 10.340,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

223	13526	271725	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Piperacilina. Composição: associada com Tazobactama. Concentração: 4G + 500MG. Aplicação: injetável	Ampola	2000	R\$ 13,38	R\$ 26.760,00
224	7211	270228	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Polimixina B 10ML. Composição: Associada com Neomicina e Hidrocortisona. Concentração: 10.000ui + 5mg + 10mg/ML. Uso: Solução otológica.	Frasco	1000	R\$ 13,33	R\$ 13.330,00
225	12614	448595	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Prednisolona 60ML. Composição: Fosfato Sódico. Concentração: 3 MG/ML. Forma Farmaceutica: Solução oral.	Frasco	2400	R\$ 7,51	R\$ 18.024,00
226	12878	473679	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Prednisolona, concentração: 40 MG.	Comprimido	1000	R\$ 3,29	R\$ 3.290,00
227	12882	275118	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Prednisolona, dosagem: 5 MG.	Comprimido	1000	R\$ 0,53	R\$ 530,00
228	3679	448597	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Prednisolona. Composição: Fosfato Sódico. Concentração: 20 MG.	Comprimido	22000	R\$ 2,20	R\$ 48.400,00
229	3813	388712	COTA PRINCIPAL 75% (AMPLA CONCORRÊNCIA) – Pregabalina. Concentração: 75 MG.	Comprimido	102000	R\$ 0,87	R\$ 88.740,00
230	3813	388712	COTA RESERVADA 25% (EXCLUSIVO PARA MEI/ ME/EPP) – Pregabalina. Concentração: 75 MG.	Comprimido	34000	R\$ 0,87	R\$ 29.580,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

231	3774	267769	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Prometazina Cloridrato 2ML. Dosagem: 25 MG/ML. Apresentação: Solução Injetável.	Ampola	6600	R\$ 8,87	R\$ 58.542,00
232	3680	267768	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Prometazina Cloridrato. Dosagem: 25 MG.	Comprimido	24000	R\$ 0,58	R\$ 13.920,00
233	3581	305935	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Propofol 20ML. Dosagem: 10 MG/ML. Forma farmacêutica: emulsão injetável.	Ampola	300	R\$ 18,70	R\$ 5.610,00
234	3681	267772	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Propranolol Cloridrato. Dosagem: 40 MG.	Comprimido	21000	R\$ 0,15	R\$ 3.150,00
235	3776	303292	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Ringer 500ML, Composição: Associado Com Lactato de Sódio. Forma Farmacêutica: Solução Injetável. Característica adicional: Sistema Fechado.	Frasco	4300	R\$ 8,52	R\$ 36.636,00
236	12034	284106	COTA PRINCIPAL 75% (AMPLA CONCORRÊNCIA) – Risperidona 30ML. Dosagem: 1 MG/ML. Uso: solução oral.	Frasco	7200	R\$ 29,80	R\$ 214.560,00
237	12034	284106	COTA RESERVADA 25% (EXCLUSIVO PARA MEI/ ME/EPP) – Risperidona 30ML. Dosagem: 1 MG/ML. Uso: solução oral.	Frasco	2400	R\$ 29,80	R\$ 71.520,00
238	3814	272839	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Risperidona. Dosagem: 1 MG.	Comprimido	48500	R\$ 0,26	R\$ 12.610,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

239	3577	268149	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Risperidona. Dosagem: 2 MG.	Comprimido	52000	R\$ 0,61	R\$ 31.720,00
240	3579	268521	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Rocurônio Brometo 5ML. Dosagem: 10 MG/ML. Indicação: solução injetável.	Ampola	300	R\$ 48,95	R\$ 14.685,00
241	16581	282881	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Rosuvastatina, composição: Cálcica, concentração: 10 MG.	Comprimido	720	R\$ 1,02	R\$ 734,40
242	3684	268390	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP –Sais para reidratação oral. Indicação: + Citrato De Sódio 2,9g + Cloreto De Potássio 1,5g. Característica adicional: Envelope contendo 27,9g. Apresentação: Pó, composto por: Cloreto Sódio 3,5g + Glicose 20g.	Envelope(pó)	3000	R\$ 3,35	R\$ 10.050,00
243	3686	268303	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Salbutamol 10ML. Dosagem: 5 MG/ML. Uso: Solução para nebulização.	Frasco	100	R\$ 17,63	R\$ 1.763,00
244	3685	292331	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Salbutamol 120ML. Dosagem: 0,4 Mg/ML. Forma Farmacêutica: Xarope	Frasco	100	R\$ 6,12	R\$ 612,00
245	3578	272364	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Sertralina Cloridrato. Dosagem: 25MG.	Comprimido	26000	R\$ 1,21	R\$ 31.460,00
246	3816	272365	COTA PRINCIPAL 75% (AMPLA CONCORRÊNCIA) – Sertralina Cloridrato. Dosagem: 50MG.	Comprimido	150000	R\$ 0,53	R\$ 79.500,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

247	3816	272365	COTA RESERVADA 25% (EXCLUSIVO PARA MEI/ ME/EPP) – Sertralina Cloridrato. Dosagem: 50MG.	Comprimido	50000	R\$ 0,53	R\$ 26.500,00
248	3688	412966	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Simeticona 15ML. Concentração: 75 MG/ML. Forma Farmacêutica: Emulsão Oral - Gotas.	Frasco	3000	R\$ 18,55	R\$ 55.650,00
249	3687	412963	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Simeticona. Concentração: 40 MG.	Comprimido	10000	R\$ 0,33	R\$ 3.300,00
250	3689	267747	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Sinvastatina. Dosagem: 20 MG.	Comprimido	41000	R\$ 0,29	R\$ 11.890,00
251	3690	267745	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Sinvastatina. Dosagem: 40 MG.	Comprimido	103000	R\$ 0,38	R\$ 39.140,00
252	12615	366913	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP –Soro Glicofisiológico 500 ML, forma farmacêutica: solução injetável, característica adicional: sistema fechado, concentração: 5% + 0,9%, composição: associada ao cloreto de sódio.	Frasco	1200	R\$ 8,10	R\$ 9.720,00
253	3691	272089	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Sulfadiazina 30G. Princípio Ativo: De Prata. Dosagem: 1%. Indicação: Creme	Bisnaga	1200	R\$ 11,52	R\$ 13.824,00
254	3692	308884	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Sulfametoxazol 100ML. Composição: associado à Trimetoprima. Concentração: 40mg + 8mg/ML. Forma Farmacêutica: Suspensão oral.	Frasco	400	R\$ 10,56	R\$ 4.224,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

255	3693	308883	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Sulfametoxazol. Composição: associado à Trimetoprima. Concentração: 800mg + 160mg.	Comprimido	8000	R\$ 0,73	R\$ 5.840,00
256	7206	268075	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Sulfato de magnésio 10ML. Concentração: 50% Uso: Solução Injetável.	Ampola	600	R\$ 6,34	R\$ 3.804,00
257	3694	323590	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Sulfato Ferroso 30ML. Dosagem Ferro: 125mg/ML De Ferro. Forma farmacêutica: solução oral-gotas.	Frasco	1000	R\$ 2,43	R\$ 2.430,00
258	3695	292344	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Sulfato Ferroso. Dosagem Ferro: 40mg de Ferro.	Comprimido	130000	R\$ 0,24	R\$ 31.200,00
259	3729	290168	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Suxametônio Cloreto. Dosagem: 500 MG. Indicação: Injetável.	Ampola	300	R\$ 34,48	R\$ 10.344,00
260	3780	268532	COTA PRINCIPAL 75% (AMPLA CONCORRÊNCIA) – Tenoxicam 2ML. Dosagem: 20 MG. Indicação: Injetável.	Ampola	8025	R\$ 7,91	R\$ 63.477,75
261	3780	268532	COTA RESERVADA 25% (EXCLUSIVO PARA MEI/ ME/EPP) – Tenoxicam 2ML. Dosagem: 20 MG. Indicação: Injetável.	Ampola	2675	R\$ 7,91	R\$ 21.159,25
262	3656	272581	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Timolol 5ML. Concentração: 0,5%. Indicação: Solução Oftálmica.	Frasco	100	R\$ 6,13	R\$ 613,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

263	3781	268534	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Tramadol Cloridrato 2ML. Dosagem: 50 MG.	Ampola	10000	R\$ 3,24	R\$ 32.400,00
264	3818	309441	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Tramadol Cloridrato. Dosagem: 100 MG.	Comprimido	100	R\$ 4,59	R\$ 459,00
265	3817	268534	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Tramadol Cloridrato. Dosagem: 50 MG.	Comprimido	18000	R\$ 0,40	R\$ 7.200,00
266	3819	328532	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Valproato De Sódio 100ML. Concentração: 50 MG/ML. Forma Farmacêutica: Xarope.	Frasco	2400	R\$ 7,72	R\$ 18.528,00
267	3821	328529	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Valproato de Sódio. Concentração: 250 MG.	Comprimido	28000	R\$ 0,48	R\$ 13.440,00
268	3820	328530	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Valproato de Sódio. Concentração: 500 MG.	Comprimido	30000	R\$ 0,73	R\$ 21.900,00
269	3697	279269	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Varfarina Sódica. Dosagem: 5 MG.	Comprimido	500	R\$ 0,47	R\$ 235,00
270	3698	271689	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Vitamina C 200mg/ml, frasco 20ML.	Frasco	2300	R\$ 3,03	R\$ 6.969,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

271	3699	271691	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Vitamina C 500mg.	Comprimido	76000	R\$ 1,01	R\$ 76.760,00
272	3784	292399	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Vitamina K sol. injetável 10mg/mL, ampola 1mL.	Ampola	2400	R\$ 1,82	R\$ 4.368,00
273	3623	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Vitaminas do complexo B 120ml, uso: solução oral.	Frasco	1400	R\$ 14,95	R\$ 20.930,00
274	3783	363088	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Vitaminas do complexo B 2ML. composição básica: B1, B2, B5, B6 E Pp. Forma farmacêutica: solução injetável.	Ampola	5000	R\$ 2,17	R\$ 10.850,00
275	16602	294887	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Sulfato de Salbutamol 100mcg/doses. Forma Farmacêutica: Spray. Referência: Aerolin.	FRASCO	800	R\$ 14,80	R\$ 11.840,00
276	16603	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Decanoato de Haloperidol 70,52mg/ml, solução injetável 1ml. Referência: Haldol decanoato.	AMPOLA	600	R\$ 16,54	R\$ 9.924,00

VALOR TOTAL MEDICAMENTOS GERAIS: R\$ 5.492.543,50 (cinco milhões, quatrocentos e noventa e dois reais, quinhentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos.)

MEDICAMENTOS PARA O BLOCO CIRÚRGICO

277	6429	278281	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Adenosina, dosagem: 3 MG/ML, apresentação: frasco/ampola 2ml, indicação: solução injetável.	AMPOLA	3500	R\$ 13,05	R\$ 45.675,00
278	6430	269574	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Bupivacaína Cloridrato, dosagem: 0,5%, apresentação: ampola de 20 ML.	AMPOLA	300	R\$ 26,70	R\$ 8.010,00
279	6431	106259	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Clonidina, dosagem: 150 MCG/ML, frasco/ampola de 1 ML, uso IM ou IV.	AMPOLA	3400	R\$ 7,38	R\$ 25.092,00

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

280	6434	253680	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Metoprolol, dosagem: 5 MG, apresentação: ampola de 1 ML, uso: solução injetável.	AMPOLA	500	R\$ 24,94	R\$ 12.470,00
281	6435	272326	COTA PRINCIPAL 75% (AMPLA CONCORRÊNCIA) – Naloxona Cloridrato, dosagem: 0,4 MG/ML, apresentação: ampola 1 ML, uso: IV, IM e SC.	AMPOLA	2850	R\$ 24,97	R\$ 71.164,50
282	6435	272326	COTA RESERVADA 25% (EXCLUSIVO PARA MEI/ ME/EPP) – Naloxona Cloridrato, dosagem: 0,4 MG/ML, apresentação: ampola 1 ML, uso: IV, IM e SC.	AMPOLA	950	R\$ 24,97	R\$ 23.721,50
283	6437	269468	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Ropivacaína Cloridrato, dosagem: 1%, apresentação: ampola/frasco de 20 ML, solução injetável.	AMPOLA	3200	R\$ 22,25	R\$ 71.200,00
284	6438	308877	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Sevoflurano, dosagem: 1ML/ML, apresentação: ampola/frasco de 100 ML, forma farmacêutica: líquido inalante, uso: inalatório.	FRASCO	300	R\$ 225,12	R\$ 67.536,00
285	6439	269818	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Terbutalina Sulfato, dosagem: 0,5 MG/ML, apresentação: ampola 1 ML, forma farmacêutica: injetável.	AMPOLA	700	R\$ 3,77	R\$ 2.639,00
286	6440	332917	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Vasopressina, apresentação: ampola 1ML, concentração: 20 UI/ML, forma farmacêutica: solução Injetável.	AMPOLA	3000	R\$ 25,79	R\$ 77.370,00
287	6432	-	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Hidroxiethylamido, dosagem: 60 MG, bolsa sistema fechado de 500 ML, uso: IV.	BOLSA	100	R\$ 40,10	R\$ 4.010,00
288	6433	278646	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP –Ácido Aminocapróico, dosagem: 50 MG/ML, frasco/ampola de 20 ML, uso: solução injetável.	AMPOLA	100	R\$ 29,34	R\$ 2.934,00
289	12656	332589	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Cloridrato de Cetamina 50 mg/ml, frasco com 10 ml.	FRASCO	100	R\$ 106,51	R\$ 10.651,00
290	12657	273457	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Neostigmina Metilsulfato, dosagem: 0,5 MG/ML, apresentação: solução injetável, ampola de 1 ML	AMPOLA	5000	R\$ 1,75	R\$ 8.750,00
291	13448	270095	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Cloridrato de bupivacaína + glicose 5mg/ml + 80mg/ml. Solução injetável, ampola com 4ml.	AMPOLA	300	R\$ 4,09	R\$ 1.227,00
292	13522	304872	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP –Sulfato de morfina 0,2mg/ml. Solução injetável, ampola de 1ml .	AMPOLA	5000	R\$ 4,99	R\$ 24.950,00
293	16604	389863	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP – Sugamadex Sódico 100mg/ml, solução injetável 2ml. Referência: Bridion.	AMPOLA	500	R\$ 49,22	R\$ 24.610,00
294	16605	394795	ITEM EXCLUSIVO PARA MEI/ME/EPP –Spray de barreira protetor cutâneo, 30ml, tem como objetivo proteger a pele de agentes externos, como atrito, umidade e colas.	UNIDADE	20	R\$ 50,96	R\$ 1.019,20

VALOR TOTAL MEDICAMENTOS BLOCO: R\$ 483.029,20 (quatrocentos e oitenta e três mil, vinte e nove reais e vinte centavos.)

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

VALOR TOTAL GERAL: R\$ 5.975.572,70 (cinco milhões, novecentos e setenta e cinco mil, quinhentos e setenta e dois reais e setenta centavos.)

OBS I: Os quantitativos apresentados nesta memória de cálculo foram definidos com base em dois métodos complementares: projeção e predileção. A projeção considerou o histórico de consumo registrado ao longo dos últimos doze meses, enquanto o método de predileção baseou-se em informações fornecidas por funcionários especializados que possuem conhecimento detalhado sobre o consumo real do município. A adoção dessa metodologia mista foi imprescindível devido às dificuldades enfrentadas nas entregas dos medicamentos, que comprometeram a regularidade e a confiabilidade da série histórica. Diante dessas adversidades, a contribuição técnica dos profissionais se mostrou essencial para assegurar a precisão dos quantitativos e atender às demandas reais, garantindo, assim, o abastecimento contínuo e adequado.

OBS II: Nesta licitação, foram incluídos os itens de medicamentos destinados ao bloco cirúrgico, que anteriormente eram adquiridos por meio de um processo separado. Agora, esses itens foram incorporados ao processo geral de medicamentos, abrangendo os itens 262 a 278. A escolha do método de predileção para esses itens se justificou pelo aumento significativo no número de cirurgias, o que gerou uma demanda maior por insumos específicos. Além disso, a inclusão de novos itens foi necessária para atender às demandas emergentes e garantir o abastecimento completo, assegurando a continuidade e qualidade dos procedimentos cirúrgicos realizados no município

Toritama/PE, 29 de novembro de 2024.

Diego José Borba Pereira Pontes
Farmacêutico
Secretaria Municipal de Saúde

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

ANEXO II

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº ____/2024
Processo Licitatório FMS Nº 016/2024
Pregão Eletrônico FMS SRP Nº 015/2024

O **MUNICÍPIO DE TORITAMA/PE**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av. Dorival José Pereira, 1.370, Parque das Feiras – Toritama - Pernambuco - CEP: 55125-000, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.256.054/0001-39, por meio da **SECRETARIA DE SAÚDE**, por meio de seu Secretário, Sr. _____, (qualificação), no exercício das atribuições conferidas pelo art. 11 da Lei Complementar Municipal nº 02/2017, da Lei 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 269/2024 e face ao resultado obtido no **Pregão Eletrônico (SRP) FMS nº 015/2024**, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** ofertados pela empresa vencedora do certame, a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, situada à _____, neste ato representada por seu sócio/procurador/administrador, Sr. _____, (qualificação), objetivando futuros fornecimentos dos itens abaixo especificados, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA 1º. DO REGIME JURÍDICO

O fornecimento do objeto da presente Ata de Registro de Preços, plenamente vinculado ao Pregão e à proposta, rege-se pela Lei Federal n.º 14.133/2021, c/c Decreto Municipal nº 269/2024, por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e Disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA 2º. DO OBJETO

O objeto da presente Ata é o Registro de Preços de medicamentos geral e para o bloco cirúrgico para a Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama-PE, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência Simplificado, **Anexo I** do Edital.

CLÁUSULA 3º. DO VALOR

§ 1º. Como contraprestação ao fornecimento do objeto deste acordo, o **Órgão Gerenciador** pagará à **Detentora** o valor total de R\$ _____ (_____), conforme tabela abaixo:

ITEM	CÓDIGO PRÓPRIO DO SKU	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

§ 2º. A Detentora fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições acréscimos de até 25% do objeto, nos termos do artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, conforme artigo 17 do Decreto Municipal 269/2024.

CLÁUSULA 4º. DOS PRAZOS

§ 1º. O prazo de vigência do Registro de Preços **será de 12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado, por igual período, observado as

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

disposições contidas art. 12 do Decreto Municipal nº 269/2024, como nas demais normas legais pertinentes.

- a. O prazo de vigência do(s) Contrato(s) oriundo(s) da Ata de Registro de Preços seguirá(ão) o que dispõe o art. 105 da Lei 14.133/2021.

§ 2º. A Detentora poderá ser convocada para assinar o instrumento de eventual(is) Contrato(s), o que deverá(ão) fazê-lo no prazo máximo de até **05 (cinco) dias consecutivos**, contado a partir da data da convocação oficial, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156º da Lei Federal 14.133/2021.

§ 3º. O prazo para entrega do objeto licitado será de até **15 (quinze) dias consecutivos**, contados da Autorização de Fornecimento ou nota de empenho.

- a. A Detentora ficará obrigada a trocar o(s) produto(s) que vier(em) a ser rejeitado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) anexa(s) ao Edital, sem que isto acarrete qualquer ônus à Administração ou importe na relevação das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) produto(s) será de até **02 (dois) dias**, contado do recebimento da solicitação de troca.
- b. O objeto desta Ata de Registro de Preços deverá ser entregue parceladamente pela(s) licitante(s) vencedora(s), por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas pelo Órgão Gerenciador/Contratante, no seguinte endereço: **Centro de Distribuição da Prefeitura de Toritama, situado na Av. Dorival José Pereira, nº 464, Bairro Tavares Martins – Toritama-PE**, de segunda à sexta-feira, no horário das 08:00hs às 13:00hs, mediante agendamento através do e-mail: setorcomprastoritama@gmail.com, ou do contato telefônico: (81) 9.9168-8579.

CLÁUSULA 5ª. GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

§ 1º. Caberá a Secretaria de Saúde, Órgão Gerenciador, a realização do procedimento licitatório, incluindo toda instrução processual e consolidação de dados para a realização do procedimento licitatório e a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços, conforme dispõe o art. 5º do Decreto Municipal nº 269/2024.

§ 2º. Quando do gerenciamento da Ata de Registro de Preços, o Órgão Gerenciador, nos termos do art. 5º do Decreto Municipal nº 269/2024, deverá:

- I. Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados, conforme inciso VII, art. 5 do Decreto Municipal nº 269/2024;
- II. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, conforme inciso IX, art. 5 do Decreto Municipal nº. 269/2024;
- III. Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, conforme o inciso IX, art. 5º do Decreto Municipal nº 269/2024;

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

- IV. Autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 3º do art. 25 do Decreto Municipal nº 269/2024, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

§ 3º. O Órgão Gerenciador promoverá as negociações e todos os procedimentos relativos à revisão e ao cancelamento dos preços registrados, obedecendo as disposições do Capítulo V do Decreto Municipal nº 269/2024.

CLÁUSULA 6ª. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

§ 1º. Durante a vigência da ata de registro de preços, o órgão ou entidade não participante poderá aderir à ata na condição de não participante, observadas as disposições do §2º do artigo 86 da Lei nº14.133/2021 c/c ao Decreto Municipal 269/2024.

§ 2º. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento de corrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão ou entidade gerenciador e com os órgãos ou entidades participantes.

§ 3º. A autorização do órgão ou entidade gerenciador apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

§ 4º. Após a autorização do órgão ou entidade gerenciadores, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

§ 5º. O prazo previsto no §4º poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou entidade não participante aceita pelo órgão ou entidade gerenciador, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

§ 6º. O órgão ou entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observado os requisitos previstos nos artigos 25 e 26 do Decreto Municipal 269/2024.

§ 7º. Exaurido o saldo destinado aos participantes, estes poderão solicitar ao gerenciador a utilização do quantitativo passível de adesão nos termos dos incisos I e II do caput do artigo 26 do Decreto Municipal 269/2024.

§ 8º. A utilização de saldo destinado à adesão conforme descrito no §7º, somente deve ocorrer após exaurido todo o saldo de órgãos participantes, salvo quando, justificadamente, haja a necessidade de manter-se uniformidade contratual.

§ 9º. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o caput deste artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciador e para os órgãos ou entidades participantes.

§ 10º. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput do artigo 26 do Decreto Municipal 269/2024, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão ou entidade gerenciador e órgãos ou

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

entidades participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem, conforme o inc. II do art. 26 do Decreto Municipal nº 269/2024.

§ 11º. A faculdade dos órgãos ou entidades do Poder Executivo Municipal de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciador federal, estadual ou distrital.

§ 12º. A faculdade dos órgãos ou entidades do Poder Executivo Municipal de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida relativamente a ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciador municipal, desde que o sistema de registro de preços tenha sido formalizado mediante licitação.

§ 13º. Após a autorização do órgão ou entidade gerenciadores, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços, de acordo com § 3º do art. 25 do Decreto Municipal nº 269/2024.

CLÁUSULA 7º. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

§ 1º. A Gestão da Ata de Registro de Preços ficará sob a responsabilidade da Secretaria de Saúde, através de seu Secretário.

a. A Gestão dos Contratos provenientes da Ata de Registro de Preços ficará sob a responsabilidade do ordenador de despesas da unidade contratante.

§ 2º. A fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços e dos Contratos que dela originarem ficará sob a responsabilidade:

a. O sr. Diego José Borba Pereira Pontes, farmacêutico, CRF/PE nº 08788.

§ 3º. Não obstante a empresa Detentora ser a única e exclusiva responsável por toda execução contratual, ao Órgão Gerenciador é reservado o direito de, sem qualquer forma de restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

§ 4º. Caberá ao(s) fiscal(is) da Ata de Registro de Preços e do(s) eventual(is) Contrato(s) que dela originar(em):

- a) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento;
- b) Conhecer plenamente os termos registrados sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Órgão Gerenciador quanto da Detentora;
- c) Conhecer e reunir-se com o preposto da Detentora com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do fornecimento;

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

- d) Exigir da Detentora o fiel cumprimento de todas as condições registradas assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;
- e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência do registro e seu efetivo resultado;
- f) Recusar o fornecimento irregular, não aceitando produto diverso daquele que se encontra especificado no Termo de Referência simplificado, Anexo I do Edital, desta Ata de Registro de Preços, assim como observar, para o seu correto recebimento;
- g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Detentora;
- h) Comunicar formalmente ao Gestor da Ata de Registro de Preços as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Detentora;
- i) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 5º. Caberá ao Gestor da Ata de Registro de Preços e dos Contratos que dela originarem:

- a) Autorizar a abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Detentora/Contratada;
- b) Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;
- c) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas registradas nesta Ata de Registro de Preços/Contratuais;
- d) Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal da Ata de Registro de Preços;
- e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas registradas/contratuais apontadas pelo fiscal;
- f) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Detentora/Contratada, mediante a observância das exigências registradas/contratuais e legais;
- g) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando para que o valor da Ata de Registro de Preços e Contratos não seja ultrapassado;
- h) Orientar o fiscal da Ata de Registro de Preços/Contrato para a adequada observância das cláusulas registradas/contratuais.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

CLÁUSULA 8ª. RECEBIMENTO DO OBJETO

§ 1º. O objeto desta Ata de Registro de Preços deverá ser recebido:

- a. Provisoriamente, pelo fiscal para efeito de posterior verificação de conformidade do produto com as especificações constante no Termo de Referência;
- b. Definitivamente, pelo fiscal após a conferência, verificação das especificações, qualidade, quantidade e da conformidade do produto entregue, de acordo com a proposta apresentada.

§ 2º. O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades: administrativa, civil e penal da Detentora.

§ 3º. O produto deve ser entregue em perfeito estado e com plena condição de uso.

§ 4º. Exigência de requisitos mínimos de informação nas notas fiscais.

- a. Para ser aceita pela administração, a nota fiscal deve conter, minimamente, o número do lote do medicamento ou do material médico hospitalar e o prazo de validade, a fim de coibir fraudes do tipo simulação de venda ou comercialização de produtos falsificados, além de viabilizar ações de recolhimento de lotes de produtos, sem as quais atenta-se contra a saúde pública.

§ 5º. Exigência de demonstração expressa na nota fiscal da dedução do valor correspondente à isenção do ICMS do preço dos medicamentos elencados no anexo único do Convênio ICMS CONFAZ 87/2002 ou outras normas que impliquem desoneração tributária.

- a. Aplicável apenas para medicamentos, conforme o anexo único do convênio ICMS CONFAZ 87/2002 ou de outras normas que impliquem desoneração tributária.

§ 6º. Exigência de Requisitos mínimos no tocante às informações que devem conter as embalagens dos medicamentos.

§ 7º. De acordo com o art. 3º, § 1º, da lei 11.903/2009, as embalagens de todos os medicamentos registrados receberão identificação específica baseada em sistema de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados, contendo minimamente as seguintes informações:

- a. Número de registro dos medicamentos na Anvisa;
- b. Número de série único do medicamento;
- c. Número do lote ou da partida do medicamento;
- d. Data de validade do medicamento.

§ 8º. Definição de prazo de validade dos produtos de acordo com a recomendação do Ministério da Saúde.

§ 9º. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 meses, a contar da data da entrega do produto. O edital vai dispor sobre o prazo de medicamentos, quando da entrega. O medicamento deverá ser entregue com prazo equivalente a no mínimo 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Por exemplo, se o medicamento possui validade de 24 meses contados da data de fabricação, quando da entrega deverá possuir, no mínimo, 18 meses.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

§ 10º. Registrar na respectiva nota fiscal o número do lote e o prazo de validade dos medicamentos que devem ser de no mínimo 12 (doze) meses e de materiais médicos hospitalares e suplementos alimentares, que devem ser de no mínimo 6 (seis) meses

CLÁUSULA 9º. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

§ 1º. Além das obrigações legais, regulamentares e as demais constantes do instrumento contratual e demais documentos, obriga-se, a licitante adjudicatária a:

- a) A responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis, decorrentes da execução do objeto, nos termos do art. 121 da Lei 14.133/2021.
- b) Nos termos do art. 120 da Lei 14.133/2021, a Detentora/Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.
- c) Fornecer o(s) produto(s) de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.
- d) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento da Ata de Registro de Preços e eventuais contratos.
- e) Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela solicitante, em perfeita conservação, bem como pelo seu descarregamento.
- f) Manter, durante todo período de execução do objeto, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- g) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste, se verificados vícios, defeitos ou incorreções.
- h) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Órgão Gerenciador/Contratante.
- i) Responsabilizar-se pelo custeio toda e qualquer despesa inerente à perfeita execução da Ata de Registro de Preços.
- j) Indicar preposto que se responderá perante o Órgão Gerenciador.
- k) Atender prontamente às requisições do Órgão Gerenciador/Contratante no fornecimento do objeto na quantidade e especificações exigidas.
- l) Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Contratante, cumprindo as exigências do mesmo.
- m) Indicar pessoa responsável pelo acompanhamento do fornecimento com poderes para dirimir eventuais dúvidas, solucionar questões não previstas no

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

contrato e apresentar soluções práticas para quaisquer problemas envolvendo os produtos contidos neste Termo de Referência.

- n) Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere a licitação.
- o) Registrar na respectiva nota fiscal o número do lote e o prazo de validade dos medicamentos que devem ser de no mínimo 12 (doze) meses e de materiais médicos hospitalares e suplementos alimentares, que devem ser de no mínimo 6 (seis) meses.

§ 2º. Caberá ao Órgão Gerenciador as seguintes obrigações:

- a) Efetuar o pedido em conformidade com a discriminação constante no Termo de Referência, por meio de Autorização de Fornecimento (AF) ou nota de empenho.
- b) Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do fornecimento desejado.
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Órgão Gerenciador com relação ao objeto do Registro de Preços.
- d) Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.
- e) Acompanhar a execução desta Ata de Registro de Preços.
- f) Comunicar à Detentora as irregularidades observadas na entrega do(s) produto(s), formulando as exigências necessárias às respectivas regularizações.

CLÁUSULA 10º. DO PAGAMENTO

§ 1º. O Município efetuará o pagamento das notas fiscais referentes ao fornecimento objeto desta Ata de Registro de Preços em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data de entrada das mesmas no protocolo de da Tesouraria, localizada na Avenida Dorival José Pereira nº 1370, Parque das Feiras, Toritama/PE, devendo ser apresentadas devidamente atestadas e corretamente preenchidas, sem rasuras.

- a. O Município verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da Detentora no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.
- b. O Município deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Detentora.

§ 2º. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

§ 3º. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que para tanto a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE ou outro que venha a lhe substituir.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

§ 4º. Ocorrendo o atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração, fica assegurado à Contratada o direito à extinção do contrato conforme art. 137, §2º, inc. IV da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 11º. DO REAJUSTE DE PREÇOS

§ 1º. De acordo com os art. 2º, § 1º, e art. 3º, § 1º, da Lei 10.192/01, no prazo inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação das propostas, os valores não poderão ser reajustados, assegurados à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, na forma da alínea “d”, inciso II do art. 124 da Lei 14.133/2021, c/c art. 18 do Decreto Municipal nº 269/2024.

§ 2º. Na hipótese da possibilidade de reajuste de preços, o índice para reajuste a ser utilizado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE ou outro que venha a lhe substituir.

§ 3º. A concessão do reajuste fica condicionada à apresentação de requerimento pela detentora/contratada, isentando a Administração de concedê-lo de ofício.

CLÁUSULA 12º. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

§ 1º. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021 e posteriores alterações, conforme art. 18 do Decreto Municipal nº 269/2024.

- a. Na hipótese de supressão unilateral, aplica-se o disposto no art. 125 da Lei 14.133/2021, que dispõe sobre o limite de 25%, bem como, art. 17 do Decreto Municipal nº 269/2021.

CLÁUSULA 13º. DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

§ 1º. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021, conforme disciplinado no art. 18 do Decreto Municipal nº 269/2021.

§ 2º. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, de acordo com o estabelecido no art. 19 do Decreto Municipal nº 269/2024.

- a. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, conforme consta no §1º do art.19 do Decreto Municipal nº 269/2024.
- b. Na hipótese prevista §2º do art 19 do Decreto Municipal nº 269/2024, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no §4º do artigo 20 do Decreto Municipal 269/2024.
- c. A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão ou entidade gerenciador aos órgãos ou entidades cujos contratos tenham sido formalizados com fundamento no respectivo registro, para avaliarem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

§ 3º. Na hipótese de cancelamento do registro de preços o órgão ou entidade gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para manifestarem se têm interesse em assumir o fornecimento dos bens, conforme §4º do art 20 do Decreto Municipal 269/2024.

CLÁUSULA 14º. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

§ 1º. O registro do fornecedor será cancelado, consoante o disposto no art. 21 do Decreto Municipal nº 269/2024, quando ele:

- I. Descumprir de forma injustificada as condições da ata de registro de preços ou do instrumento de contratação dela decorrente;
- II. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticado no mercado;
- III. Sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar, quando aplicada pelo Poder Executivo Municipal, e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, nos termos dos incisos III e IV do artigo 156 da Lei nº14.133/2021.
- IV. não aceitar o preço revisado pelo órgão ou entidade gerenciador.
- V. passar por alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura que restrinja sua capacidade de cumprir as condições da ata de registro de preços;
- VI. decretar falência ou insolvência civil, bem como se houver dissolução da sociedade ou falecimento do fornecedor.

§ 2º. Na hipótese prevista no inciso III do caput, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços e não seja diretamente relacionada ao seu descumprimento, o órgão ou a entidade gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

§ 3º. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no caput do art. 21 do Decreto Municipal nº 269/2024, será formalizado por despacho do órgão ou entidade gerenciador, assegurados o contraditório e a ampla defesa

§ 4º. A extinção do registro do fornecedor não afeta os registros dos demais fornecedores registrados na forma do inciso II do art 13 do Decreto Municipal nº 269/2024.

§ 5º. Poderão motivar o cancelamento da ata de registro de preços, total ou parcialmente, desde que formalmente explicitadas nos autos do processo e asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa, as seguintes situações:

- a. Caso fortuito ou força maior;
- b. razões de interesse público; ou
- c. Se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto nos artigos 19 e 20 do Decreto Municipal nº 269/2024.

§ 6º. O fornecedor ou o prestador será notificado para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

§ 7º. A notificação poderá ser feita por meio eletrônico.

§ 8º. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do detentor, a comunicação poderá ser feita na Imprensa Oficial do Município, assegurado o prazo recursal indicado no § 5º.

CLÁUSULA 15º. DA UTILIZAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

§ 1º. Conforme o art 23 do Decreto Municipal nº 269/2024, quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas nos artigos 21 e 22, fica facultado a convocação dos licitantes remanescentes do cadastro reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

§ 2º. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do disposto no caput deste artigo, inclusive os licitantes de que trata a alínea “a” do inciso II do art 13 do Decreto Municipal 269/2024, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, conforme § 1º do Decreto Municipal 26/2024, poderá:

- a. convocar os licitantes de que trata a alínea “b” do inciso II do artigo 13 para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção do preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- b. firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

§ 3º. Caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas a recusa injustificada dos licitantes em aceitar a contratação nos termos do disposto no:

- a. Caput do art 23 do Decreto Municipal 269/2024, os licitantes de que trata a alínea “a” do inciso II do art 13 do Decreto Municipal 269/2024;
- b. inciso II do §1º do art. 23 do Decreto Municipal 269/2024, os licitantes de que trata alínea “b” do inciso II do art. 13 do Decreto Municipal 269/2024.

§ 4º. A regra do parágrafo anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do inciso I do §1º deste artigo.

§5º. Quando não houver êxito na aplicação do disposto no caput e §1º do art. 23 do Decreto Municipal 269/2024, ou diante da inexistência de cadastro de reserva, o órgão ou entidade gerenciador poderá convocar os demais licitantes classificados no processo para registro de preços de remanescente, observados os mesmos critérios estabelecidos nos §2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 16º. DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTROS DE PREÇOS

§ 1. Conforme o art. 24 do Decreto Municipal 269/2024, as quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou pela entidade gerenciador entre os órgãos ou entidades participantes e não participantes do registro de preços

§ 2. O órgão ou entidade gerenciador que tiver estimado as quantidades que pretende controlar será considerado participante para fins do remanejamento do que trata o caput, conforme §1º do art. 24 do Decreto Municipal nº 269/2024.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

§ 3. Para fins do disposto no caput, competirá ao órgão ou à entidade gerenciador autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados, conforme o § 2º do art. 24 do Decreto Municipal nº 269/2024.

§ 4. Quando o remanejamento for realizado de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens, conforme o § 3º do art. 24 do Decreto Municipal nº 269/2024.

§ 5. Na hipótese de o fornecedor aceitar o remanejamento previsto no parágrafo anterior, o órgão ou entidade não participante passará a integrar a ata de registro de preços na qualidade de participante, conforme o § 4º do art. 24 do Decreto Municipal nº 269/2024.

§ 6. O órgão ou entidade participante poderá solicitar ao gerenciador a sua exclusão da condição de participante, desde que não tenha utilizado o seu saldo na ata, ocorrendo o remanejamento automático do seu saldo para o gerenciador, conforme o § 6º do art. 24 do Decreto Municipal nº 269/2024.

CLÁUSULA 17º. DAS PENALIDADES E SANÇÕES

§ 1º. O cometimento de irregularidades sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º. O particular ficará sujeito, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/2021, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

- I. Advertência;
- II. Multa, nos seguintes termos:
 - a) Pelo atraso no fornecimento, em relação ao prazo estipulado: 0,5% (meio por cento) do valor do produto não entregue, por dia decorrido, até o limite de 30% (trinta) do valor do produto;
 - b) Pela recusa em efetuar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do produto;
 - c) Pela demora em substituir o produto rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do produto recusado, por dia decorrido;
 - d) Pela recusa da Detentora/Contratada em substituir o produto rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição do produto não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do produto rejeitado;
 - e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

- III. Impedimento de licitar e contratar com o Poder Executivo do Município e descredenciamento dos sistemas cadastrais de fornecedores do Município, pelo prazo de até 03 (três) anos;

§ 3º. As multas estabelecidas acima podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 30% (trinta por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

§ 4º. Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à Contratada as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em Dívida Ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

§ 5º. A autoridade municipal competente, em caso de inadimplemento da Detentora/Contratada, deverá cancelar a nota de empenho, sem prejuízo das penalidades relacionadas nos subitens anteriores.

§ 6º. Pelos motivos que se seguem, principalmente, a Detentora/Contratada estará sujeita às penalidades:

Ficará sujeito a penalidade prevista no art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, sem prejuízo das multas previstas e nas demais cominações legais, o Detentor que agir em conformidade com as hipóteses a seguir:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

Além das penalidades citadas, a Detentora/Contratada ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Título IV, da Lei Federal nº 14.133/2021 e posteriores alterações e Capítulo II-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

§ 7º. As previsões acima descritas não excluem a possibilidade de sanções previstas na Lei nº 12.846/2013 entre outras, conforme o caso.

CLÁUSULA 18º. DA VINCULAÇÃO

As especificações técnicas, obrigações e penalidades constantes no Edital e Termo de Referência do Pregão Eletrônico supramencionado integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

CLÁUSULA 19º. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

§1. **As partes** elegem o foro da Comarca de Toritama/PE como único competente para conhecer e dirimir qualquer ação ou execução oriunda do presente instrumento, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme o art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

_____, ____ de _____ de _____.

MUNICÍPIO DE _____
SECRETARIA DE _____
Órgão Gerenciador

Empresa Detentora

TESTEMUNHAS: _____ CPF/MF: _____

TESTEMUNHAS: _____ CPF/MF: _____

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

**ANEXO I DA MINUTA DA ATA
FORMULÁRIO DE DADOS DO FORNECEDOR**

NOME DA EMPRESARIAL:	
CNPJ:	
E-MAIL:	
TELEFONE (1):	
CELULAR (1):	
CELULAR (2):	

Declaro, para fins estabelecidos na Instrução Normativa SEPLAG nº 008/2024 e no Decreto Municipal nº 294, de 02 de julho de 2024, que:

1 – As informações contidas neste formulário servirão para recebimento de ordens/autorizações de serviços e/ou de fornecimentos, como também intimações processuais de apuração de infrações e cancelamento de registro de preços ou extinção contratual;

2 – Tenho pleno conhecimento de que, a contagem do prazo para cumprimento da ordem/autorização de serviços e/ou de fornecimento iniciará no primeiro dia útil subsequente ao envio através de e-mail informado neste formulário.

3 – Tenho pleno conhecimento de que, a contagem do prazo em comunicações processuais de apuração de infrações e cancelamento de registro de preços ou extinção contratual, seguirá o que dispõe o inciso III do §1º do artigo 33 do Decreto Municipal nº 294, de 02 de julho de 2024.

4 – Tenho pleno conhecimento de que, em caso de alteração de endereço eletrônico, preciso informar imediatamente a nova informação por meio de novo formulário e a não atualização do endereço eletrônico não implicará qualquer vício processual.

Assinatura do Representante Legal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO

Contrato nº ____/2024

Processo de Licitação FMS Nº 016/2024

Pregão Eletrônico FMS nº 015/2024

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO PARCELADO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TORITAMA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE _____, E A EMPRESA _____.

Minuta de Contrato de Fornecimento que firmam, o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.256.054/0001-39, com sede na Avenida Dorival José Pereira, 1370, Parque das Feiras, por meio da **Secretaria de Saúde**, por meio de seu Secretário, Sr. _____ (qualificação), doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, situada à _____, neste ato representada por seu sócio/procurador/administrador, Sr. _____, (qualificação), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado o presente instrumento contratual, de acordo com a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 004/2024 e mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente outorgam, aceitam e se obrigam a fielmente cumprir, por si e seus sucessores.

CLÁUSULA 1. DO REGIME JURÍDICO

O fornecimento do objeto do presente Contrato, plenamente vinculado ao Pregão e à proposta, pela Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, por suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhe, supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e Disposições de Direito Privado.

CLÁUSULA 2. DO OBJETO

Constitui objeto do presente **é o Registro de Preços de medicamentos geral e para o bloco cirúrgico para a Secretaria Municipal de Saúde do Poder Executivo do Município de Toritama-PE, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital, que integra este acordo independentemente de transcrição.**

CLÁUSULA 3. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para a realização do objeto do presente Contrato serão alocados através das seguintes dotações orçamentárias:

CLÁUSULA 4. DO VALOR CONTRATADO

§ 1. Como contraprestação ao fornecimento do objeto deste acordo, o **Contratante** pagará à **Contratada** o valor total de R\$ _____ (_____), conforme tabela abaixo:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

ITEM	CÓDIGO PRÓPRIO DO SKU	CATMAT	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

§ 3º. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições acréscimos ou supressões de até 25% do objeto contratado, nos termos do artigo 125 da Lei nº 14.133/2021, devendo este limite de percentual ser respeitado de acordo com o critério de julgamento da licitação.

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA 5. DOS PRAZOS

§ 1. O prazo de vigência da contratação **será de 12 (doze) meses**, prorrogáveis por igual período, contados a partir da data de assinatura na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

- a. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento, conforme art. 111 da lei 14.133/2021.

§ 2. O prazo para entrega do objeto licitado será de até **15 (quinze) dias consecutivos**, contados da Autorização de Fornecimento ou nota de empenho.

§ 3. A Contratada ficará obrigada a trocar o(s) produto(s) que vier(em) a ser rejeitado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) anexa(s) ao Edital, sem que isto acarrete qualquer ônus à Administração ou importe na relevação das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) produto(s) será de até **02 (dois) dias consecutivos**, contado do recebimento da solicitação de troca.

§ 4. O objeto deste Termo de Referência deverá ser entregue pela(s) licitante(s) vencedora(s), por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas pelo Contratante, no seguinte endereço: **Centro de Distribuição da Prefeitura de Toritama, situado na Av. Dorival José Pereira, nº 464, Bairro Tavares Martins – Toritama-PE**, de segunda à sexta-feira, no horário das 08:00hs às 13:00hs, mediante agendamento através do e-mail: setorcomprastoritama@gmail.com;

CLÁUSULA 6. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

§ 1. A Gestão do Contrato ficará sob a responsabilidade do(a) Secretário(a) de Saúde, o Sr. _____

§ 2. A fiscalização da execução do Contrato ficará sob a responsabilidade do Sr. Diego José Borba Pereira Pontes, Farmacêutico CRF/PE – 08788.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

§ 3. Não obstante a Contratada ser a única e exclusiva responsável por toda execução contratual, ao Contratante é reservado o direito de, sem qualquer forma de restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

§ 4. Caberá à fiscal do Contrato:

- a) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento;
- b) Conhecer plenamente os termos registrados/contratuais sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Contratante quanto da Contratada;
- c) Conhecer e reunir-se com o preposto da Contratada com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do fornecimento;
- d) Exigir da Contratada o fiel cumprimento de todas as condições registradas e contratuais assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;
- e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência registrada/contratual e seu efetivo resultado;
- f) Recusar o fornecimento irregular, não aceitando produto diverso daquele que se encontra especificado no Termo de Referência, no Edital e Contrato, assim como observar, para o seu correto recebimento;
- g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Contratada;
- h) Comunicar formalmente ao seu respectivo Gestor do Contrato as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Contratada;
- i) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

§ 5. Caberá ao Gestor do Contrato:

- a) Autorizar a abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Contratada.
- b) Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;
- c) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas contratuais;
- d) Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal;

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

- e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas contratuais apontadas pelo fiscal;
- f) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Contratada, mediante a observância das exigências contratuais e legais;
- g) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando para que o valor dos Contratos não seja ultrapassado;
- h) Orientar o fiscal do Contrato para a adequada observância das cláusulas registradas/contratuais.

CLÁUSULA 7. DO RECEBIMENTO DO OBJETO CONTRATUAL

§ 1. O objeto deste Contrato será recebido:

- a) Provisoriamente, pelo fiscal para efeito de posterior verificação de conformidade do produto com a especificação constante no Termo de Referência;
- b) Definitivamente, pelo fiscal após a conferência, verificação da especificação, qualidade, quantidade e da conformidade do produto entregue, de acordo com a proposta apresentada.

§ 2. O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades: administrativa, civil e penal da Contratada.

§ 3. O produto deve ser entregue em perfeito estado e com plena condição de uso.

§ 4. Exigência de requisitos mínimos de informação nas notas fiscais

- a. Para ser aceita pela administração, a nota fiscal deve conter, minimamente, o número do lote do medicamento ou do material médico hospitalar e o prazo de validade, a fim de coibir fraudes do tipo simulação de venda ou comercialização de produtos falsificados, além de viabilizar ações de recolhimento de lotes de produtos, sem as quais atenta-se contra a saúde pública

§ 5. Exigência de demonstração expressa na nota fiscal da dedução do valor correspondente à isenção do ICMS do preço dos medicamentos elencados no anexo único do Convênio ICMS CONFAZ 87/2002 ou outras normas que impliquem desoneração tributária.

- a. Aplicável apenas para medicamentos, conforme o anexo único do convênio ICMS CONFAZ 87/2002 ou de outras normas que impliquem desoneração tributária.

§ 6. Exigência de Requisitos mínimos no tocante às informações que devem conter as embalagens dos medicamentos.

§ 7. De acordo com o art. 3º, § 1º, da lei 11.903/2009, as embalagens de todos os medicamentos registrados receberão identificação específica baseada em sistema de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados, contendo minimamente as seguintes informações:

- a. Número de registro dos medicamentos na Anvisa;
- b. Número de série único do medicamento;
- c. Número do lote ou da partida do medicamento;
- d. Data de validade do medicamento.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

- § 8. Definição de prazo de validade dos produtos de acordo com a recomendação do Ministério da Saúde.
- § 9. O prazo de validade dos medicamentos não deverá ser inferior a 12 meses, a contar da data da entrega do produto. O edital vai dispor sobre o prazo de medicamentos, quando da entrega. O medicamento deverá ser entregue com prazo equivalente a no mínimo 75% de sua validade, contados da data de fabricação. Por exemplo, se o medicamento possui validade de 24 meses contados da data de fabricação, quando da entrega deverá possuir, no mínimo, 18 meses.

CLÁUSULA 8. DA SUBCONTRATAÇÃO

§ 1. No caso específico de contratação para o fornecimento de medicamentos, material médico hospitalar e suplementos alimentares, a subcontratação será possível na parcela de serviços assessoriais, sendo a parcela do transporte e entrega do objeto, especialmente se a contratada principal não tiver infraestrutura adequada para garantir uma entrega eficiente no local indicado pela administração, dentro dos prazos estabelecidos no Edital e consequente Instrumento Contratual. A responsabilidade total pelo fornecimento dos medicamentos deve permanecer com a empresa contratada pela administração, mesmo que parte do serviço de entrega seja subcontratado.

“Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração” conforme o Art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 9. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

§ 1. Sem prejuízo das obrigações constantes na Lei 14.133/2021, caberá à Contratada:

- a) A responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, decorrentes da execução do objeto, nos termos do art. 121 da Lei 14.133/2021
- b) Nos termos do art. 120 da Lei 14.133/2021, a Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.
- c) Fornecer o(s) produto(s) de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.
- d) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento do contrato.
- e) Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela solicitante, em perfeita conservação, bem como pelo seu descarregamento
- f) Manter, durante todo período de execução do objeto, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

- g) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste, se verificados vícios, defeitos ou incorreções.
- h) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Contratante.
- i) Responsabilizar-se pelo custeio toda e qualquer despesa inerente à perfeita execução do Contrato.
- j) Indicar preposto que se responderá perante o Contratante.
- k) Atender prontamente às requisições do Contratante no fornecimento do objeto na quantidade e especificações exigidas.
- l) Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Contratante, cumprindo as exigências do mesmo.
- m) Indicar pessoa responsável pelo acompanhamento do fornecimento com poderes para dirimir eventuais dúvidas, solucionar questões não previstas no contrato e apresentar soluções práticas para quaisquer problemas envolvendo os produtos contidos neste Termo de Referência.
- n) Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere a licitação.

§ 2. Caberá ao Contratante as seguintes obrigações:

- a) Efetuar o pedido em conformidade com a discriminação constante no Termo de Referência, por meio de Autorização de Fornecimento (AF) ou nota de empenho.
- b) Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do fornecimento desejado.
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratante com relação ao objeto do Contrato.
- d) Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.
- e) Acompanhar a execução do Contrato.
- f) Comunicar à contratada as irregularidades observadas na entrega do(s) produto(s), formulando as exigências necessárias às respectivas regularizações.

CLÁUSULA 10. PAGAMENTO DAS FATURAS

§ 1. O Município efetuará o pagamento das notas fiscais referentes ao fornecimento objeto deste Termo de Referência em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data de entrada das mesmas no protocolo do Tesouraria, localizada na Avenida Dorival José Pereira nº 1370, Parque das Feiras, 55.125-000 Toritama-PE, devendo ser apresentadas devidamente atestadas e corretamente preenchidas, sem rasuras.

§ 2. O Município verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da Contratada no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

- § 3. O Município deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada.
- § 4. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.
- § 5. Ocorrendo atraso no pagamento, desde que para tanto a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE ou outro que venha a lhe substituir.
- § 6. Ocorrendo o atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração, fica assegurado à Contratada o direito à extinção do contrato conforme art. 137, §2º, inc. IV da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 11. DO REAJUSTE DE PREÇOS

- § 1. No prazo inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação das propostas, os valores não poderão ser reajustados, assegurados à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, conforme art. 92, V, da lei 14.133 de 2021.
- § 2. Na hipótese da possibilidade de reajuste de preços, o índice para reajuste a ser utilizado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE ou outro que venha a lhe substituir.
- § 3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- § 4. A concessão do reajuste fica condicionada à apresentação de requerimento pela Contratada, isentando a Administração de concedê-lo de ofício.

CLÁUSULA 12. DAS ALTERAÇÕES

- § 1. As alterações, porventura necessárias ao fiel cumprimento deste Contrato, serão efetivadas na forma e condições dos artigos 124 a 136 da Lei n.º 14.133/2021, formalizadas previamente através de Termo Aditivo, devidamente homologado, que passará a integrar este Contrato para todos os fins legais.
- § 2. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- § 3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA 13. DAS PRERROGATIVAS DO CONTRATANTE

- § 1. O regime jurídico que rege este acordo confere ao Município de Toritama-PE as prerrogativas constantes do art. 104 da lei 14.133/2021, as quais são reconhecidas pela **Contratada**.

CLÁUSULA 14. DAS PENALIDADES E SANÇÕES

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

§ 1. O cometimento de irregularidades sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos da lei 14.133/2021.

§ 2. O particular ficará sujeito, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas no art. 156 da lei 14.133/2021, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

III. Advertência;

IV. Multa, nos seguintes termos:

f) Pelo atraso no fornecimento, em relação ao prazo estipulado: 0,5% (meio por cento) do valor do produto não entregue, por dia decorrido, até o limite de 30% (trinta) do valor do produto;

g) Pela recusa em efetuar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do produto;

h) Pela demora em substituir o produto rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do produto recusado, por dia decorrido;

i) Pela recusa da Contratada em substituir o produto rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição do produto não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do produto rejeitado;

j) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada no Edital e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

§ 3. Impedimento de licitar e contratar com o Poder Executivo do Município e descredenciamento dos sistemas cadastrais de fornecedores do Município, pelo prazo de até 03 (três) anos;

§ 4. As multas estabelecidas acima podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 30% (trinta) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

§ 5. Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à Contratada as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em Dívida Ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

§ 6. A autoridade municipal competente, em caso de inadimplemento da Contratada, deverá cancelar a nota de empenho, sem prejuízo das penalidades relacionadas nos subitens anteriores.

§ 7. Pelos motivos que se seguem, principalmente, a Contratada estará sujeita às penalidades:

Ficará sujeito as penalidades previstas no art. 155 da Lei Federal 14.133/2021, sem prejuízo das multas previstas e nas demais cominações legais, o Detentor que agir em conformidade com as hipóteses a seguir:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Além das penalidades citadas, a Contratada ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Título IV, Capítulo I, da Lei Federal nº 14.133/2021 e posteriores alterações e Capítulo II-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

§ 8. As previsões acima descritas não excluem a possibilidade de sanções previstas na Lei nº 12.846/2013 entre outras, conforme o caso.

CLÁUSULA 15. DOS CASOS OMISSOS

§ 1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA 16. DA EXTINÇÃO

§ 1. A inadimplência das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de extingui-lo, de acordo com o previsto no §2º do artigo 137 e art. 92, XIX da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA 17. DA PUBLICIDADE

§ 1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

CLÁUSULA 18. DO FORO

§ 1. As partes elegem o foro da Comarca de Toritama/PE como único competente para conhecer e dirimir qualquer ação ou execução oriunda da presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

Toritama/PE, ____ de _____ de 2024.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____

CPF/MF:

2. _____

CPF/MF:

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

**ANEXO I DA MINUTA DO CONTRATO
FORMULÁRIO DE DADOS DO FORNECEDOR**

NOME DA EMPRESARIAL:	
CNPJ:	
E-MAIL:	
TELEFONE (1):	
CELULAR (1):	
CELULAR (2):	

Declaro, para fins estabelecidos na Instrução Normativa SEPLAG nº 008/2024 e no Decreto Municipal nº 294, de 02 de julho de 2024, que:

1 – As informações contidas neste formulário servirão para recebimento de ordens/autorizações de serviços e/ou de fornecimentos, como também intimações processuais de apuração de infrações e cancelamento de registro de preços ou extinção contratual;

2 – Tenho pleno conhecimento de que, a contagem do prazo para cumprimento da ordem/autorização de serviços e/ou de fornecimento iniciará no primeiro dia útil subsequente ao envio através de e-mail informado neste formulário.

3 – Tenho pleno conhecimento de que, a contagem do prazo em comunicações processuais de apuração de infrações e cancelamento de registro de preços ou extinção contratual, seguirá o que dispõe o inciso III do §1º do artigo 33 do Decreto Municipal nº 294, de 02 de julho de 2024.

4 – Tenho pleno conhecimento de que, em caso de alteração de endereço eletrônico, preciso informar imediatamente a nova informação por meio de novo formulário e a não atualização do endereço eletrônico não implicará qualquer vício processual.

Assinatura do Representante Legal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

Ao
Município de Toritama/PE

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO FMS (SRP) N.º 015/2024

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO

_____ (nome da empresa), inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº. e do CPF nº _____, DECLARA que:

- 1) Não possui proprietário, sócios ou funcionários que sejam servidores ou agentes políticos do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- 2) Não possui proprietário ou sócio que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade, até o segundo grau, de agente político do órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.
- 3) Não incorre em nenhuma das vedações elencadas no artigo 9 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Toritama/PE, _____ de _____ de 2024.

Assinatura do Representante Legal

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Ao
Município de Toritama/PE

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO FMS (SRP) N.º 015/2024

Prezados Senhores,

Pelo presente, declaramos, para efeito do cumprimento ao estabelecido no Inciso I do Artigo 63 da Lei Federal nº 14.133/2021 sob as penalidades cabíveis, que cumprimos plenamente os requisitos de habilitação exigidos neste Edital.

Local e data

(Empresa e assinatura do Responsável Legal)

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

ANEXO VI

DECLARAÇÃO

Ao
Município de Toritama/PE

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO FMS (SRP) N.º 015/2024

_____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, por meio de seu representante legal o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso VI do artigo 68 da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Data

(representante legal)

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

ANEXO VII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E
MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**

Ao
Município de Toritama/PE

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO FMS (SRP) N.º 015/2024

Empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, **declara** que se enquadra na condição de **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA – ME OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP**, constituídas na forma da **LEI COMPLEMENTAR N.º 123, de 14/12/2006**.

Para tanto anexo o **comprovante**.

E ainda **DECLARO**, para os devidos fins, não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

DATA/CARIMBO/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENDEREÇO ELETRÔNICO

Ao
Município de Toritama/PE

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO FMS (SRP) N.º 015/2024

Prezados Senhores,

Pelo presente, a pessoa jurídica _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, declara, que:

- 1 - possui endereço eletrônico, sendo este o _____;
- 2 – tem pleno conhecimento que se houver mudança para novo endereço eletrônico, deverá informa-lo de imediato por meio de nova declaração;
- 3 – tem pleno conhecimento que a não atualização do endereço eletrônico diante da hipótese prevista no item 2 desta declaração, não implicará qualquer vício processual.
- 4- Declara que este endereço eletrônico constitui ato válido de citação e que a não resposta ao correio eletrônico que o cita, no prazo de 02 (dois) dias úteis, tornará a citação válida e apta a produzir seus efeitos.

Local e data

(assinatura do Responsável Legal)

Observação: Este documento não se constitui obrigatório para fins de participação nesta licitação, devendo ser formulado com o expresse consentimento do participante

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TORITAMA

AV. DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS - TORITAMA-PERNAMBUCO-CEP 55125-000-CNPJ:11.073.548/0001-88

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Ao
Município de Toritama/PE

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO FMS (SRP) N.º 015/2024

Prezados Senhores,

Pelo presente, A Empresa.....(nome da empresa licitante), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º.....sediada.....(endereço completo)....., declara, para os devidos fins, que os serviços são prestados por empresas que comprovam cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendem às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, caso opte pelo benefício previsto no inciso IV, art. 63 da Lei Federal 14.133/2021.

Local e data

(assinatura do Responsável Legal)